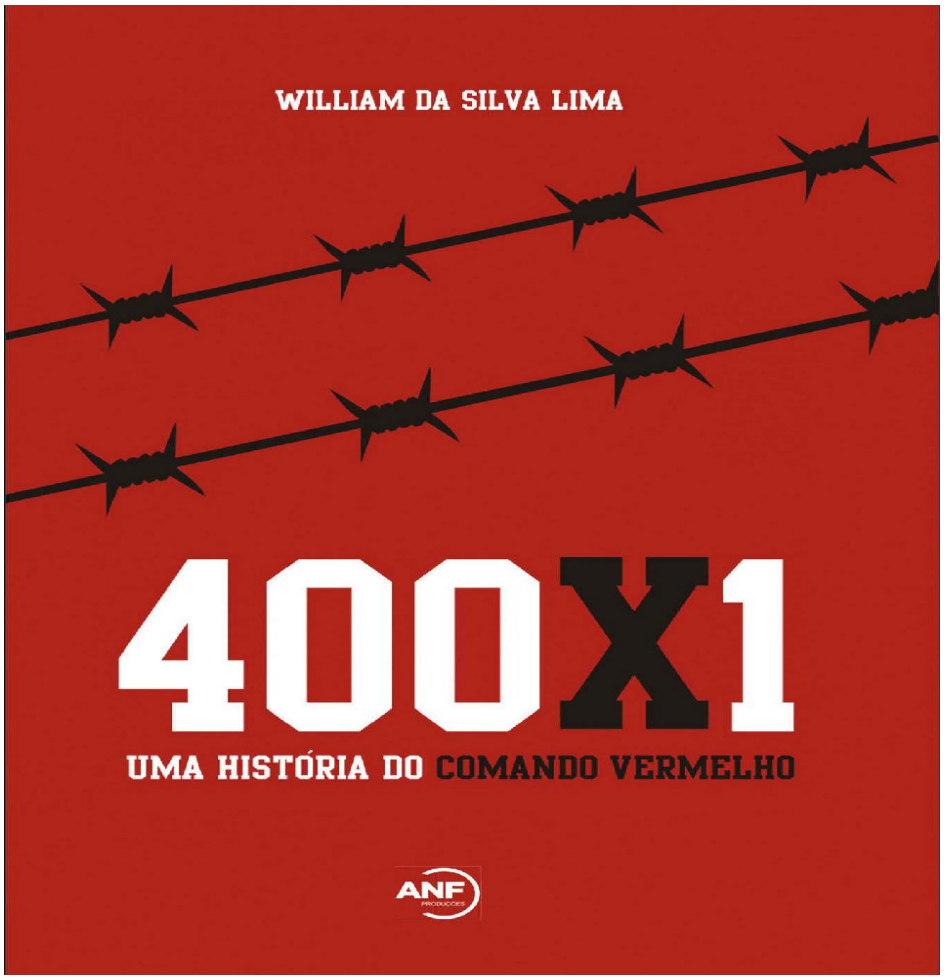
WILLIAM DA SILVA LIMA
400X1
UMA HISTÓRIA DO COMANDO VERMELHO
ANF

dLivros

{ Baixe Livros de forma Rápida e Gratuita }

Converted by convertEPub

William da Silva Lima
Quatrocentos contra um: Uma história do Comando Vermelho
© 2016, ANF Produções

Direção: André Fernandes
Editora: Anita Deak
Assistente editorial: Renata Duarte
Coordenação de arte e diagramação: Jonas Kussama
Ilustração de capa: J. Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lima, William da Silva
Quatrocentos contra um : uma história do comando vermelho / William da Silva Lima. –
3. ed. – Rio de Janeiro : ANF Produções, 2016.
Bibliografia
ISBN 978-85-66711-04-2
1. Comando Vermelho (Crime organizado) – História 2. Gangues em presídios – Brasil 3. Lima, William da Silva 4. Prisioneiros – Brasil – Biografia 5. Sistema penitenciário – Brasil I. Título.
16-06714 CDD-365.6092

Índices para catálogo sistemático:
1. Prisioneiros : Biografia 365.6092

1ª edição: Editora Vozes, 1991.
2ª edição: Labortexto Editorial, 2001.
Todos os direitos reservados à ANF Produções Ltda ME.
Tel: (21) 2261-1600
E-mail: contato@anfproducoes.com.br

Agradecimentos

André Fernandes
Gustavo de Oliveira
Percival de Souza
Renata Duarte
Simone Barros Corrêa de Menezes

“As cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para a separação dos réus, conforme suas circunstâncias e a natureza de seus crimes.”

Inciso XXI, artigo 17°, Constituição imperial do Brasil, 1824.

Sumário

Prefácio
O homem preso
Rio de Janeiro
Sete anos depois
Prisão e Guerra
Nocividade
Reflexões I
Através dos muros
Vejo
Reflexões II
Persistência
Prontuário 40.984
Comunicação em maio
Vidas desperdiçadas
Vem!
Teimosia
Bilhões de mãos
Você merece!!!
Posfácio

Prefácio

“Aqui é o cemitério de todas as poesias”, costumava ironizar um ex-diretor da Casa de Detenção, o maior presídio da América Latina, em São Paulo. Poesia, aqui, não no sentido de alma da literatura, mas como descompasso entre as teorias e as práticas cotidianas.

De fato, as teorias no sistema prisional foram e continuam sendo sepultadas. Não só pelo massacre de 111 presos de uma só vez, em outubro de 1992, mas pela sucessão dos fatos. Dito isso, passemos ao livro.

O Comando Vermelho nasceu no Rio de Janeiro e tem em William da Silva Lima um de seus artífices. Ele ressalva que não se trata propriamente do nome de uma organização, e sim de um comportamento, “uma forma de sobreviver na adversidade”.

Talvez seja este um grande problema na literatura engajada: quando autor e personagem se fundem. Tem sido assim com textos de ex-prisioneiros políticos, obcecados em fixar as diretrizes de uma causa, enfatizar o comportamento épico de uma militância, enaltecer os pares e execrar os inimigos. Se o texto pretende ser catarse, antes de tudo, podemos até compreender — psicologicamente — as emoções de quem estava no epicentro de um determinado momento, histórico inclusive.

Tais limites devem ser levados em consideração na leitura desse livro. Coloca-se a vida nos *basfond*, não exatamente lúmpen, de uma forma direta. O choque térmico é inevitável: inclui os dramas do cárcere, sua imundície e violência, as relações conflitivas entre presos, muitas vezes com extrema crueldade, a

convivência entre prisioneiros comuns e prisioneiros políticos em meios aos anos de chumbo, quando assaltar banco era motivo de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

O livro abre com uma citação da Constituição do Império, na qual um mínimo de dignidade era previsto para os prisioneiros. Recuando no tempo, vemos que os regulamentos das prisões da Inquisição exigiam condições mais suaves do que as dos cárceres de nosso tempo. A questão é que, como bem observa Michel Foucault em Vigiar e Punir, as muralhas dos estabelecimentos penais não impedem ninguém de fugir: sua verdadeira função é esconder o que se passa lá dentro. Como se a sociedade não quisesse ver mesmo. Daí, a propósito, aquelas idéias sempre de plantão: colocar os presos numa ilha no meio do oceano ou mandá-los abrir estradas na Amazônia. Traduzindo: quanto mais longe, melhor.

Compreensível portanto que, à semelhança de Machado de Assis, em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, William da Silva Lima relute em começar seu relato pelo começo ou pelo fim. Machado escreve a história no estilo *post mortem*. Termina com a frase “não transmiti a ninguém o legado de nossa miséria”. William preferiu transmitir o legado. Ainda bem: mergulha no tempo, incluindo passagens pelo antigo RPM, o Recolhimento Provisório de Menores, antecessor da Febem, a Fundação (apesar de tudo) para o Bem-Estar do Menor, chegando aos primeiros espancamentos, aplicados por um incrível Bate Chorando (conforme o apelido, um inspetor que batia e chorava). Carcereiros e massa carcerária, escreve, nivelados numa mesma miséria moral.

Conta também do vai-e-vem por variados presídios, de Bangu à Ilha Grande, passando pelo DOPS e o DOI-CODI. Afinal, se roubava bancos, tinha de provar que não pertencia à nenhuma organização tida como subversiva. A tortura oferecia isonomia para os presos. Talvez William desagrade alguns ex-militantes políticos ortodoxos quando fala que eles “lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós”. Mas para que brigar com a História? Para que exumar o dogma stalinista segundo o qual a verdade não é revolucionária? Os presos políticos identificavam-se como tal. Os outros se chamavam de “presos proletários”.

William foi prisioneiro no sistema dirigido por Augusto Frederico Thompson, do Desipe, Departamento do Sistema Penal. Curioso que uma das melhores obras sobre o sistema, *A questão penitenciária*, é de autoria de Thompson. Defensor da tese segundo a qual não existe presídio sem o alicerce segurança-disciplina, não comungou da ideia de nivelar presos antiditadura com os outros presos. O conflito, descrito por William, mostra o quanto o mundo prisional é ignorado nos gabinetes onde se tomam decisões sobre ele. Ou seja: não se conhece muito o lugar em que se manda.

Segundo William, o Comando Vermelho recebeu esse nome da imprensa e não de um grupo que resolveu estruturá-lo. Tudo indica que tenha acontecido exatamente isso. Frustra quem imaginava uma reunião secreta, com depoimentos e apartes, ata e assinaturas. O autor sugere que tenha sido uma ficção alimentada para ser vista como realidade.

Mas o que realmente importa no *Quatrocentos contra um* é o trânsito do autor em presídios de segurança máxima, o código de relacionamento entre prisioneiros, a difícil

sobrevivência. Em alguns pontos, lembra Charrière em *Papillon*; em outros, evoca *Recordações da casa dos mortos*, de Dostoievski, e até *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos.

É um depoimento recheado de histórias. Não é literatura pura, seria exigir demais de um prisioneiro. Mas é relato de quem não apenas ouviu contar, mas viveu com intensidade momentos e situações críticas. Tudo imposto pelo Estado, exercendo o direito de punir, mas transformando a tão almejada ressocialização apenas numa falácia.

William nos ajuda, nesse livro, a conhecer e a entender um pouco melhor esse mundo peculiar, essa rede de esgoto invisível que alimenta as prisões brasileiras. Nada consta de processos, inquéritos, sanções administrativas. A burocracia prisional faz de tudo para encobrir tudo aquilo que ela sabe muito bem. Os presídios cheiram mal. É mais cômodo observá-los de longe.

A voz de William é isolada. Como alguém clamando solitário no deserto árido das ideias e dos sentimentos que empurram a humanidade cada vez mais para dentro do poço. Eu escrevi que ele está berrando no deserto? Pois bem: pelo menos o eco haverá de responder.

PERCIVAL DE SOUZA

O homem preso

O homem na prisão é
um número, um escravo,
um objeto...
um quase nada
afundando nas injustiças

O homem na prisão
precisa manter seu moral
para não ser tragado pelas misérias
psíquicas e somáticas

Coloco o ouvido no batente da cama de concreto e consigo escutar o reco-reco da serra que, no cubículo vizinho, corta o ferro da escada que fica fixa no beliche. Estamos num anexo do presídio Milton Dias Moreira, no complexo da rua Frei Caneca, especialmente construído há poucos anos para receber os presos políticos que aguardavam anistia. Eles já foram, deixando vagos os lugares que agora são nossos. A nova direção do sistema insiste em nos manter isolados. Somos 34 presos e apenas uma certeza: tão cedo não sairemos daqui, pelo menos por vias legais. Há mais de dez anos a maioria de nós roda como peão pelas cadeias do Rio de janeiro.

Fugir novamente, para não apodrecer — é o que resta. Pela frente é impossível. Oito portas de ferro, grandes e pequenas, devidamente guardadas, nos separam da entrada principal do complexo, a centenas de metros daqui. No trajeto existem várias áreas descampadas, inclusive o campo de futebol, onde seríamos alvos fáceis

para os guardas que passeiam na parte de cima dos muros, protegidos por telas e armados de metralhadoras. Não adianta serrar as grades das celas: cairíamos no pátio interno, também vigiado.

Ouvido na cama, reco-reco, reco-reco, reco-reco. Um dia e meio já se foi nesse trabalho de artesão, feito devagarinho. Dá nervoso. Não vejo a hora de começar a agir, mas a serra é filha única de mãe solteira, não pode quebrar. Além disso, é preciso que tudo pareça normal na galeria, para não chamar atenção: nem barulho, nem silêncio excessivos; nem movimentos suspeitos, nem clima de cemitério. Tudo como sempre.

Acabou. Nada se perde, nada se cria. Principalmente na prisão, tudo se transforma. Cortamos a escada pela metade e obtivemos um arremedo de picareta: quase dois metros de comprimento, cinco centímetros de largura de puro ferro. Agora, mãos à obra: quebrar o cimento do piso, cavar um bom buraco, fazer mais ou menos quinze metros de túnel, passar por baixo do muro que dá para o campo de futebol do Manicômio judiciário e, finalmente, emergir. Sabemos que é muito difícil.

Mais difícil, porém, é ficar por aqui. Se tudo correr bem, passaremos o Natal em algum lugar a que chamaremos casa. Teremos um Ano Novo em alguma praia, agradecendo a Iemanjá. Vale a pena. Longos anos de prisão suprimem, em muitos, o desejo de ser livre. Em outros, aumenta a revolta e a vontade de reconquistar o que se perdeu.

É muito duro o piso do cubículo 14, o mais bem situado para servir de base à operação. Impossível quebrá-lo sem chamar a atenção do guarda que fica no pátio de trás. Precisamos procurar melhor ponto de partida. Tum-

tum. Tum-tum. Não é preciso ir muito longe, isso é Brasil. No 16, o material é de segunda. Brincadeira na galeria, algum barulho de risos e cantoria, palmas e assovios — e pronto: com leves batidas o chão se desfaz. Agora, não pode haver retrocesso, nem erro.

Olhos fixos na terra remexida, ouvidos atentos para o que se passa em torno, pensamento em voo. É assim, aliás, toda a existência do preso. Para os que vivem em liberdade, a visão é o sentido mais importante. Para nós, é a audição: o molho de chaves que tilinta, a porta que range, o assovio do amigo, o pigarro combinado, vozes ao longe, passos num corredor; ao percebê-los e interpretá-los rapidamente, ainda pode haver tempo para tomar providências. Quando o alarme vem pelos olhos é sinal de que a coisa está feia: o preso só vê quando foi visto primeiro.

Alguém achou uma base velha de enxada, devidamente recolocada em uso por meio de um cabo improvisado. De mão em mão, baldes e latas transportam terra úmida até uma bacia na entrada do túnel, onde enchemos sacos de forro, arrumados depois sob as camas. O isolamento tem essa vantagem: os guardas entram menos na galeria onde estamos.

Embaixo da terra, contornamos os alicerces do prédio e seguimos lentamente, procurando imaginar a direção correta. O risco de desabamento é pequeno: o teto do nosso precário túnel é a própria camada de cimento do pátio da prisão.

Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós! Mas como custa! Há dias estamos aqui, sempre em silêncio, interrompendo o trabalho nas horas do confere, das refeições e à noite, de modo a manter a normalidade

aparente. Raramente ultrapassamos três horas de atividade contínua. Avançamos pouco, às cegas, cansados, sem ar. O esforço é enorme; as ferramentas, inadequadas. Para piorar a situação, cruzamos com um olho d'água que passou a inundar nosso túnel. Desde então, três escavam e os outros enchem baldes, despejados no esgoto do cubículo lá em cima.

Chegamos ao alicerce do muro. O chão ficou duro demais — uma argila cheia de pedra e pó de pedra, parecendo cimento. Não vamos conseguir. Dois minutos sem retirar a água da mina são suficientes para tornar inviável a permanência aqui embaixo. Lama pura, impossível cavar. Tudo escuro. É preciso ter luz e, para isso, pagamos um preço alto: choques elétricos, cada vez que as partes desencapadas do fio encostam na terra que nos envolve até a alma. Paciência. Agora, alguma coisa se vê.

Não vamos conseguir. Estamos há dias no mesmo lugar. Para um lado, para outro, esforço inútil. Tentemos para baixo. Mais. Mais ainda. A terra dura tem que acabar, caralho, nem que seja no inferno. Pronto. Estamos dois metros mais baixos, mas podemos prosseguir. Agora, mais dez metros em linha reta e estaremos no ponto previsto para iniciar a subida. Dois dias de trabalho, se nada de errado ocorrer.

Finalmente, chegamos à tampa de concreto que cobre o local onde vamos emergir. Será preciso quebrá-la sem fazer muito barulho: estamos, ainda, nas cercanias do presídio, em área mantida sob permanente vigilância. Esperamos a sirene tocar, damos uma porrada seca e somos felizes: já podemos ver um pedaço de céu e respirar um ar fresco que revigora as esperanças. Aguardaremos a noite fechada, para retirar com calma outros pedaços de cimento e sair sem confronto com a

guarda. Mais uma refeição, mais um confere, mais uma espera de poucas horas, cheia de sonhos, e estaremos prontos para as despedidas.

— Lá fora, cada um por si. Algum dia a gente se vê.

Duas horas da madrugada, oito de novembro de 1983. Começamos a sair do buraco, um a um, rastejando na beira do muro, aproveitando os locais de maior escuridão. À nossa esquerda, no pé do morro de São Carlos, fica estacionada uma patrulha da Polícia Militar, em posição que lhe permite ampla visão do descampado. Não podemos, portanto, simplesmente atravessá-lo. Rastejamos para a direita e para a esquerda, até atingir um local onde o muro é mais baixo.

Diabos! Cachorros e gansos do Manicômio começam a fazer barulho. Todos parados. O interno que cuida da horta acordou e saiu. Somos forçados a dominá-lo, exigindo que prenda os cachorros e retorne para casa. A patrulha não nos percebeu, mas deve ter ficado alerta por causa do alarido dos animais. Cautela: cinqüenta minutos agachados, aguardando tudo voltar ao normal. Só então os outros companheiros saem do buraco, mas os gansos voltam a reagir. Que vontade de torcer o pescoço deles. Os PMs ficaram claramente inquietos, mas, novamente, nada puderam ver: estamos todos imóveis no escuro. Gemido, tombo, pisão em falso, qualquer descuido será fatal, jogando por terra um esforço tremendo. Conseguiremos?

De repente, alguém na retaguarda resolve subir em uma guarita desativada. Não tem a clara noção do perigo: Não faça isso, caralho! Vá mais para a esquerda, saia da visão da polícia! Fique quieto, desgraçado! Os avisos saem na forma de sussurro: ninguém pode gritar. São, por isso,

inúteis. Os PMs da patrulha dão o alarme e começam a atirar. Chegam reforços, deslocados a partir de um ponto-base nas proximidades. Salve-se quem puder.

Cinco de nós conseguem correr até o morro de São Carlos, mas são recapturados. Os outros — inclusive eu — ficam encurralados na moradia daqueles malditos animais barulhentos. Paulo da Silva sai, com as mãos na cabeça, para entregar-se, e cai, morto a tiros. Há feridos. Sirenes tocam, o cerco se fecha.

OK, vocês venceram.

Caminhamos em fila indiana, carregando nossos feridos, até o pátio do Manicômio, onde somos colocados de bruços no chão. Começa o espancamento. Um baque seco é minha última lembrança dessa triste madrugada. Deitado de costas, não vi o golpe desferido, e por isso sequer esbocei reação de defesa. Depois, só vômitos de sangue, tonteiras e uma dor de cabeça infernal no hospital em que me depositaram. Disseram que quase morri e só por milagre não fiquei imprestável. Esta falta de equilíbrio que sinto, bem como a labirintite crônica que desde então me acompanha, devo considerá-las males menores. Dei sorte.

A fuga frustrou-se, mas serviu para acabar com nosso isolamento naquele corredor. E agora? Voltarei a Água Santa, onde Nelson morreu? Bangu, onde cumpri minha primeira pena? Ilha Grande, de tantas lembranças? Lemos de Brito, Milton Dias Moreira, Hélio Gomes — aliás, quem terão sido esses infelizes personagens que viraram nome de prisão?

De molho no hospital, retornou a ideia de escrever um livro, contando o que vi e vivi. Velho projeto, tantas vezes

iniciado e perdido em fragmentos — crônicas, poesias, documentos, pequenos registros — que se dispersaram e sumiram nas situações mais diversas. Hoje, quando parece ter chegado a hora, conto apenas com minha memória e ainda vacilo: por que a história de um homem haverá de interessar outros homens?

Vocês vão decidir se vale a pena. Para isso, deixem que me apresente: William é meu nome. Parte de minha vida é redundante — tenho uma profissão, família, filhos pequenos, desejos — e por isso não merece ser contada. Outra parte — os sonhos que não sonhamos, talvez os mais verdadeiros — se passa naquelas regiões de nossa alma onde nenhuma palavra nunca pisou; desconhecida de todo, ou de quase todo, não pode ser contada. Resta pouco: explicar como e porque vivi até hoje, na maior parte do tempo sem nome, sem profissão e sem ver minha família, tendo a violência como maneira de sobreviver entre os homens.

Passei vinte e três anos na cadeia, para onde não quero voltar. Como Paulo da Silva, fuzilado na fuga frustrada, quase todos os meus companheiros não podem mais oferecer o seu testemunho, e o silêncio a eles imposto talvez seja o que me mova com mais força nessa difícil empreitada. Morreram todos à minha volta. Um a um — sistematicamente, regularmente, implacavelmente. De tiro, de fome, de vício. Em cada vez, o mesmo pensamento, tantas vezes compartilhado: alguém precisa contar. Talvez o Saldanha o faça com mais paixão; Nanai, com mais fé. Com mais humor, o Mimoso; Nelson, com mais talento; Aché e Caô, com mais graça. Alkmin o faria com mais coração.

Mas todos morreram. Quis o destino que me coubesse essa parte. Mesmo foragido.

Rio de Janeiro

Rio: Crianças brincando,
sorrindo
Crianças sem brincar,
com fome

Moças e meninos
trabalhando sem parar
viajando em trens, apertados,
cansados da vida

Cadillac quase vazio...
com duas pessoas planejando
viagens para não sei onde...
Acapulco? Veneza?

Ruas bem traçadas,
jardins bem cultivados
(com rosas tão adoradas)
viadutos e pontes bem construídos
e desumanamente conservados

Luzes muitas
Suficiente para encadear
os olhos do menino
que chegou do Norte

Pássaros soltos, cantando
gente presa, chorando

Mas eu gosto do Rio
ele me inspira

Ando pelas ruas, olhando tudo. Não quero nem posso voltar, e o risco que corro é o apenas necessário para sobreviver. Ando rápido, mas não estou indiferente. Vejo o menino que dorme seu sono pesado, fraqueza, sob a marquise de um belo prédio, coberto de jornais e de roupas rotas, molhado pelos pingos da chuva que cai. Que vida lhe deram, irmão!

Que posso fazer? Acordá-lo? Conversar com ele? Dar-lhe trocados? Incentivá-lo a não se entregar, resistir, descobrir seu rumo próprio? Quando dou por mim, já segui em frente: o fugitivo não pode parar, nem envolver-se em situações de que não conhece o final. Mas continuo vendo e, principalmente, pensando. Vejo o senhor que passeia com seu cão — forte, bonito, bem nutrido, protegido da chuva — e contorna, sem lançar um olhar, o minúsculo corpo retorcido pela ação do frio. Como o operário da música de Chico Buarque, o menino apenas atrapalha o trânsito...

Sigo pensando em como é difícil começar a contar nossa própria vida. Brás Cubas não sabia se iniciava suas memórias pela cena de seu nascimento ou a de sua morte. A mim não são dadas tais opções: personagem real, não morri e tampouco me recordo de como nasci. Minha primeira lembrança, ironicamente, já envolve Polícia e Justiça. Fui gerado por um daqueles amores fadados ao erro: paraibana do interior, filha de índia e de camponês, ainda adolescente minha mãe fora morar em Recife, na casa da família de meu futuro pai. Primeiro filho, primeiro neto, primeiro sobrinho, ganhei o nome de William em homenagem aos amigos americanos, que então combatiam na Segunda Guerra Mundial.

Durou pouco o casamento de meus pais. Separados, passei a ver minha mãe em visitas, por decisão da

Justiça. Num belo domingo, levou-me para tomar sorvete e fugiu comigo para a casa de seu pai, cortador de cana numa usina próxima à cidade de Escada. Eis minha mais forte lembrança de infância: meu pai, um tio, dois policiais fardados e um homem estranho — creio hoje, oficial de justiça — apareceram por lá, uns seis meses depois, e me levaram de volta para a casa dos avós paternos. Não devo ser amargo. Com meu avô aprendi a andar com meus próprios pés pela cidade. De minha avó recebi atenção e carinho. Gostava deles, mas estava com a cabeça confusa e o coração saudoso.

Meu pai foi tentar a sorte em São Paulo e se casou com uma moça que conheceu na viagem. Meu avô morreu em seguida, deixando um vazio imenso e o pretexto necessário para que meu pai solicitasse, por carta, que eu fosse ter com ele. Viajamos — eu, minha avó e uma irmã de criação. Ambas ficaram no Rio, em casa de outra tia, enquanto eu seguia em frente.

Foi dura essa nova separação: sentia-me protegido na companhia da avó e deslumbravam-me as luzes do Rio, vistas pela primeira vez na noite em que desembarcamos no cais. Continuei a viagem a contragosto, pressentindo o engano. Tinha razão em meu sentimento de criança: em São Paulo, seguiram-se confrontos com a mulher de meu pai; perda de um ano de estudos e, finalmente, um tumultuado retorno ao Rio.

Pilares foi o bairro carioca onde primeiro morei. Avenida Suburbana, Abolição, Méier, jogo de bola em Inhaúma — enfim, vida nova, logo consolidada pelo ingresso no Instituto Lacê, onde iniciei o segundo ano primário. Durou pouco. Em fins do mesmo ano, meu pai me reclamou de volta, para nova tentativa. Minha avó tinha certeza de que não daria certo, mas nada pôde fazer. O fracasso não

demorou, e a partir dele fiquei sem um porto seguro: pai, mãe e tias tinham, cada qual, suas vidas, seus problemas, suas limitações. Concluí o primário, mas, sem vaga em escola pública, não pude prosseguir os estudos. Com 12 anos, era preciso começar a ganhar meu próprio sustento, para não depender de ninguém.

Meu primeiro emprego foi num laboratório de prótese, onde comecei fazendo entregas e pequenos serviços. Aos poucos me inteirei do ofício e, fazendo as coisas com gosto, virei ajudante. Compreendia então que cada um cuidava da própria vida e já não depositava expectativas em grande ajuda do pai, motorista de ônibus sempre às voltas com dinheiro de menos. Nunca tivemos uma amizade de fato, e prova disso são os 25 anos que não o vejo.

Tratei de ganhar meu sustento, pagar minhas próprias despesas, embora fosse menor. O Centro de São Paulo me fascinava. Muitas vezes dormi na praça da Sé, assistindo então, em cada manhã, como acorda a grande cidade, como se tensiona gradativamente, como cai esgotada depois que o Sol se vai, como renasce na noite.

Aos 15 anos já desejava trabalhar por conta própria, mas me faltava o capital inicial. Tive então, pela primeira vez, a ideia de que poderia conseguir dinheiro roubando. Empregado em um escritório de proprietários de imóveis, observei a rotina e arquitetei um plano minucioso, que envolvia dois cúmplices, para roubar recibos de pagamentos de aluguéis e fazer em seguida as cobranças na rua — essa era a rotina —, antes que percebessem o desfalque.

Saí do emprego e detonei o plano, que obteve pleno êxito, rendendo, para cada um, a fabulosa quantia de

vinte mil cruzeiros. Pude então, finalmente, comer num restaurante cuja vitrine de frangos sempre me fascinara. Depois, comprei uma bola de futebol e um par de joelheiras para o time em que jogava, escondi o que restou e iniciei meu próprio negócio, revendendo, nas feiras, bibelôs revestidos de pelúcia. Bons tempos, cheios de ilusão de independência.

Sete anos depois

Hoje,
Sou menos romântico,
mais realista,
Embora um tanto aventureiro,
Face à realidade do presente

Hoje,
Com os pés mais calejados,
mais firmes,
sinto que é preciso andar mais
para os fortalecer melhor

Hoje,
Em essência sou o mesmo,
rebelde, recalcitrante,
embora mais consciente,
face à ideologia

Hoje,
Sou mais que poeta ou liretato,
sou guerreiro, sou soldado
na batalha do oprimido

Com 17 anos de idade, ainda em São Paulo, fui preso pela primeira vez, por suspeita de furto. Conduzido ao Recolhimento Provisório de Menores, na avenida Celso Garcia, passei quatro desesperados dias, até ser entregue ao meu pai, que assinou o termo de responsabilidade diante do juiz de menores. Cessou aí sua ajuda. Mal a viatura arrancou, eu também arranquei de volta ao Centro da cidade, minha verdadeira morada.

No dia seguinte, confuso e com raiva, bati a carteira de um transeunte.

De volta ao Rio por conta própria, não vi mais meu pai. Em 1961, com 19 anos, fui condenado no Rio, por roubo, a cinco anos, cumpridos na Esmeraldino Bandeira (Bangu) e na Lemos de Brito (Frei Caneca), muito diferentes uma da outra. Nessa época, perdi minha avó, o único ponto de apoio com que poderia contar. Ela não chegou a me visitar na cadeia. Doente, mandou recado por uma prima: não aguentaria.

Maus tratos e espancamentos faziam parte do dia-a-dia em Bangu, nivelando carcereiros e massa carcerária à mesma miséria moral. Lembro-me de muitos conflitos, duas tentativas de fuga e, principalmente, de um estranho e temido inspetor que nos batia e chorava. Era, por isso, conhecido em todo o presídio como o Bate Chorando. Depois de uma briga com ele, tive meu primeiro contato com as celas de castigo — as surdas —, muito parecidas entre si, como pude constatar nos anos seguintes. Vocês sabem como são? Imaginam como se vive nelas?

São celas individuais, hermeticamente fechadas com portas de aço, onde tudo é proibido e só se sobrevive por inércia e teimosia. Dependendo do humor do carcereiro, recebe-se ou não um calção, de todo inútil para sua função natural. Serve, porém, para tapar o buraco do boi — a instalação sanitária feita no chão, sem vaso —, garantindo dessa forma um sono menos importunado pela aparição das mais horrorosas de todas as criaturas noturnas que dividem conosco aquele espaço sombrio: as ratazanas.

Em Bangu, as paredes, salpicadas de cimento até a altura da nuca, eram feitas de forma a tornar incômodo que encostássemos nelas as costas cansadas. Na parte de cima delas, um detalhe chamava a atenção: centenas de pontos e riscos de sangue, finos e curtos. Surpreendi-me. Tinta? Chegaria a esse extremo o mau gosto dos construtores? Não. Desta, eram inocentes. Cada risco correspondia a um percevejo morto por usuários anteriores da cela. Logo aprendi que matar esses insetos ocupava boa parte do tempo, pois os pequenos buracos de ventilação, quase no teto, cumpriam também outra função menos nobre: trazer muitos mosquitos, cúmplices do nosso castigo.

No início, nada pude comer. Como a água só aparecia a cada 12 horas, mijo e merda se acumulavam no boi em quantidade suficiente para tirar qualquer apetite. Aliás, não há como descrever aquela comida incomível, servida sem talheres em marmitas gordurosas. Mas a necessidade se impôs. Ocorreria o mesmo com qualquer pessoa, estou certo: desejos, sabores e hábitos são como uma casca fina de verniz aplicada na superfície do animal que trazemos dentro de nós.

Ver-se em espelho, fazer barba, ter apetite, discriminar cheiros e cores — tudo isso se vai por uns tempos e é substituído por estratégias mais adequadas quando se está na prisão. Uma delas: manter a mão direita no alto, sempre bem lambida, para usá-la apenas nas refeições, cabendo à esquerda todas as outras tarefas. Questão de higiene.

Caminha-se muito na solitária, onde deitar é expressão do mais absoluto cansaço. Quando o corpo é derrotado, o braço desempenha missão estratégica, protegendo a cabeça e mantendo os pulmões um pouco afastados do

chão muito úmido. Questão de saúde. Nas primeiras noites, não dormi, andando para lá e para cá, cantando para que o dia amanhecesse e chegasse logo o café. Se o plantão era feito por guarda sujeira, não entrava nada além de comida e a porrada estava sempre iminente.

— Tem mais é que morrer, desgraçado, ou então ficar maluco de vez!

Não faz mal: enquanto o pau vai e vem, as costas descansam. Sinais de vida aparecem, chamando de volta a esperança: um guarda limpeza entrega alguns pães, um companheiro envia um precioso mata-mosquitos, surge um jornal que, depois de lido e relido, será lido de novo e servirá de colchão, cobertor, leque, arma de defesa contra os bichos e — supremo conforto — papel higiênico.

Não se trata, apenas, de bem-estar material: esses gestos solidários e completamente despojados, o mais das vezes feitos por desconhecidos, trazem o reconhecimento de que ainda somos vistos como uma pessoa. A vida pode seguir adiante. Quando surge uma ocasião mais propícia, hábitos e valores retornam, e nos sentimos humanos de novo. Não tarda o dia em que pensamos novamente no amor, e uma ponta de ciúme da velha namorada mostra que, apesar de tudo, continuamos os mesmos. Que bom.

Diferentes tipos de guarda nunca vão deixar de existir, não só porque refletem a própria natureza humana, mas também porque todos são usados pela administração, que precisa ter várias faces. Conforme a época, predomina um ou outro estilo, já que o comando do sistema exerce um papel inibidor sobre os que não se afinam com sua política em cada momento. Às vezes, há

choque. São conhecidas dezenas de histórias em que carcereiros maus facilitaram fugas apenas para colocar na defensiva diretores liberais ou, até mesmo, derrubá-los.

Em 1963, a violência predominava na Esmeraldino Bandeira, uma cadeia de tranca dura, na qual só os presos integrados em alguma função podiam deixar as galerias, verdadeiros galpões com cerca de cinquenta homens cada. Resolvi aprender um ofício. Era uma maneira de, ao mesmo tempo, obter esse benefício e combater o sentimento de que estava completamente à deriva na vida.

Tornei-me aprendiz na alfaiataria de lá, bem organizada sob o comando de um preso chamado Jair Ferreira Santos, muito competente. Uns trinta homens — todos presos — trabalhavam com máquinas de porte industrial, fabricando principalmente fardamento sob medida para os guardas. Fui aceito. Conheci então José Michel Godoy, que já tinha nível de oficial e me ensinou a costurar, modelar, cortar, chulear, guarnecer, pregar botão e todos os demais segredos da profissão. Com menos de um mês, me apresentei, confiante, ao Jair:

— Já sei fazer uma calça.

— Toma este pano. Se você estragar, você paga.

Levei o dobro do tempo de um profissional, mas não tive que pagar nada. Ao contrário: passei a ser responsável por uma das máquinas e, sem muita demora, comecei a treinar aprendizes mais novos que eu. Um ano depois, quando saí de Bangu, dominava o ofício, que se tornou parte da minha vida. Tornei-me exceção, pois, de modo geral, as oportunidades de trabalho oferecidas ao preso

são simplesmente aviltantes: catam-se chapinhas de cerveja com defeito, separam-se braços de bonecas e por assim afora.

Com a transferência para a Lemos de Brito, fui aproveitado na alfaiataria, onde, além de fardas para funcionários, fazíamos ternos para juízes e desembargadores. Estava agora na vitrine do sistema penal, um presídio onde todos trabalhavam, tinham cubículos individuais e podiam participar de uma vida cultural incipiente. De manhã cedo, abriam-se as galerias e as celas, e os presos seguiam para suas atividades.

Em 1964 começaram a chegar os primeiros presos políticos atingidos pelo golpe militar. De início, eram alguns militantes sindicais, mas o contingente logo engrossou com a chegada dos participantes da rebelião militar de Brasília, conhecida como Revolta dos Sargentos, movimento deflagrado antes do golpe, para protestar contra a inelegibilidade dos sargentos para cargos eletivos. A eles, se juntaram depois os integrantes da Associação dos Marinheiros, liderada em 1964 pelo cabo Anselmo, hoje desmascarado como agente provocador.

Presos comuns têm, no mundo inteiro, certa tradição de adesão a movimentos revolucionários. Aqui no Brasil, por exemplo, a massa carcerária extraiu muitas lições do contato com os membros da Aliança Nacional Libertadora encarcerados na Ilha Grande, na década de 1930. Quando os presos políticos se beneficiaram da anistia que marcou o fim do Estado Novo, deixaram nas cadeias presos comuns politizados, questionadores das causas da delinquência e conhecedores dos ideais do socialismo.

Essas pessoas, por sua vez, continuaram a estudar e passaram as informações que tinham adiante. Sua influência não foi desprezível. Na década de 1960 ainda se encontrava presos assim, que passavam de mão em mão, entre si, artigos e livros que falavam de revolução. De vez em quando, apareciam publicações do Partido Comunista, então na ilegalidade. Lembro-me, por exemplo, do velho João Batista, que, na rua, batia carteiras e, na prisão, ficava lendo e escrevendo pelos cantos do pátio, sempre disposto a orientar e ajudar os demais. Lembro-me também de Mardoqueu, que desde a época do Estado Novo frequentava a cadeia, onde alternava as atividades de encadernador de livros e divulgador de ideias de esquerda.

Havia pequenas bibliotecas dos próprios presos, e os pátios serviam como locais de encontro para a troca de ideias. Meu amigo Vandinho me passou *Os sertões*:

— Se você quiser conhecer a história do Brasil, não adianta ir à escola. Tem que ler Euclides da Cunha.

Euclides é para ser lido em voz alta, especialmente quando se está sozinho. Aprendi com ele o valor das palavras e o ritmo da língua. Fizemos um grupo de poesia e declamação e, com alegria, recebemos mais livros, enviados por Paschoal Carlos Magno, que nos incentivou a fazer montagens teatrais. Naquela época, os intelectuais se interessavam por coisas assim. Li cadernos de bispos do Nordeste, diversas cartilhas, Jorge Amado, Osny Duarte Pereira. Adorei Lima Barreto.

Desde logo, por iniciativa do grupo de poesia dirigido por José Brasil, decidimos não levar nossa atividade teatral para o campo dramático:

— A situação aqui já é dramática...

Começamos com uma comédia, passada num manicômio, onde os loucos interpretavam os papéis que desejavam para si. Eu era um louco que escolhera viver um pistoleiro arrependido. Fizemos muito sucesso.

Com os desdobramentos políticos do golpe, tudo se tornou mais tenso, mas não a ponto de desarticular o trabalho, que prosseguiu quando fui solto, em 1965, em livramento condicional. Na cabeça, muito idealismo e poesia; na prática, a necessidade de sobreviver sozinho, sendo um marginal.

Saí decidido a não procurar a família. Levava uma carta de apresentação de um preso político a uma gráfica e editora onde havia gente de esquerda. Consegui trabalho com eles, mas não me senti bem. Fora contratado por favor, a empresa estava à beira da falência. A expectativa de desenvolver meu lado intelectual e político frustrou-se.

Morando num quarto de pensão na rua Francisco Muratori, na Lapa, acumulei decepções, transformadas em desespero quando a gráfica efetivamente fechou. Para sobreviver, resolvi assaltar, voltando a trilhar o caminho que me levaria de novo — reincidente — à prisão, com mais seis anos pela frente.

Novamente, Bangu. Rebelei-me de vez. Dizia não a qualquer preço, e essa característica — a que se denomina “periculosidade” — o sistema carcerário não perdoa. Apanhei muito: “Me bate, arrebenta meu corpo, mas não mate minha vontade de ser gente”.

Na Frei Caneca, prosseguia um trabalho cultural. Os presos de lá — velhos conhecidos meus — organizaram o

I Festival de Música e Poesia do Sistema Penitenciário do Estado da Guanabara, que recebeu nada menos do que 169 trabalhos. Enviei poemas, classificados entre os quarenta primeiros que foram à final diante de um júri formado por 12 intelectuais.

Participei do festival e, por pressão dos companheiros, acabei transferido para a Milton Dias Moreira, onde me tornaria encarregado da alfaiataria. O vencedor foi André Borges, que cumpria seu décimo ano de prisão, mas teve forças para escrever: “Enganam-se / os que me julgam vencido. / No desterro destas grades / forjo as armas do combate / da batalha do oprimido. / Crescem-me na alma/os germens dos proscritos / e irrompe do meu peito / um brado de revanche / em surdos gritos: / Eu não fui vencido! / Repouso no sepulcro sem nunca ter morrido. / Neste desterro / de grades guarnecido / onde às vezes brilham / luzes estelares, / dos livros sorvo o saber / e as lições de lutas milenares. / Embora da derrota / a lança sangre-me ainda o coração / não temerei novas batalhas / se empunho agora a arma da razão. / Regressarei à vida / onde me espera a luta, / no corpo / levo o execrável estigma das grades, /no coração / uma esperança nova, / na alma / uma paixão que arde / liberdade, liberdade!”

Entre os poemas, estava um de autoria do ex-sargento Antônio Prestes de Paula, então condenado a 16 anos de reclusão. O entrosamento já era grande e 1968 batia às portas. Repercutiam fortemente na prisão os movimentos de massa contra a ditadura, e chegavam notícias da preparação da luta armada. Agora, Che Guevara e Regis Debray eram lidos. Não tardaram contatos com esses grupos guerrilheiros em vias de criação.

Em 26 de maio de 1969, a fuga que obteve grande repercussão. “Penitenciária assaltada, grupo armado

ajudou fuga de presos” era a manchete de O Globo no dia seguinte, cuja reportagem dizia:

> *O ataque armado à Penitenciária foi rápido, e o tiroteio irrompeu ao primeiro sinal de reação contra o grupo que saía de três carros estacionados a pouca distância da prisão. Ao final dos tiros, que colheram de surpresa a guarda da cadeia, nove prisioneiros haviam escapado, levados pelo grupo armado... Foi o mais audacioso plano de fuga já executado contra uma cadeia no Brasil.*

Até aí, fatos. Depois, como sempre, o delírio: segundo *O Globo*, estava montada na Lemos de Brito a “Célula Comunista Encouraçado Potemkim”.

Logo depois, os presos políticos que estavam no continente foram transferidos para uma galeria da Ilha Grande, isolados dos demais. Foi, para todos, um choque. Eu convivia diretamente com cerca de cinquenta deles, a maioria marinheiros, muito integrados à coletividade, hábeis no artesanato, nos esportes e nas artes. A transferência desses companheiros para a Ilha Grande modificou nossa rotina. Pouco podíamos fazer, mas fizemos, pelo menos simbolicamente: reorganizamos e levamos à vitória o 25 de Março, time de futebol que lembrava a data do levante que trouxera os marinheiros à prisão.

Como desdobramento natural do nosso trabalho, surgiu a ideia de fazer um jornal, o *Nossa Voz*, a princípio apoiado

pelo grupo espírita que nos visitava e depois pelas próprias autoridades. O então secretário estadual de Justiça, Dr. Cotrin Neto, chegou a propor que a publicação alcançasse todos os presídios, ideia que consideramos bem-vinda. Mas a lua-de-mel acabou no segundo número, quando começamos a dizer tudo o que gostaríamos. Caíramos numa armadilha. Minha punição pela ousadia: Ilha Grande — o lugar onde (conforme diz a tradição) o filho chora e a mãe não vê. Fim-de-linha do sistema, caminho sem volta. Ninguém passa impune por lá.

Prisão e Guerra

Dias longosnoites compridas
A prisão
é uma ferida
Como a guerra,
um desperdício
da inteligência humana

Nada mais revoltante do que uma punição injusta ou gratuita. Em 1971, minha liberdade era questão de poucos meses. Por que devia ser enviado para aquele fim de mundo, sem ter feito nada demais?

Aprendi a nunca mais confiar no sistema. Não sentia propriamente medo. Com 28 anos de idade e dez de cadeia, já estava entrosado com a massa. Essa não era, no entanto, a situação de muitos dos quarenta presos que, algemados entre si, lotavam o coração-de-mãe que partiu de Bangu. Todos procuravam no olhar alheio, na postura dos guardas, na movimentação geral — um sinal do que estaria por vir. Logo percebi que o rapaz ao meu lado iria sofrer: garoto novo — dizia-se — já chegava na ilha casado.

Em camburão superlotado, pessoas e coisas se acomodam como podem, segundo as leis universais da física — aceleração e inércia, principalmente — e o estado de espírito do motorista. Curvas e freadas contribuem para a arrumação possível, sujeita por horas a fio aos sacolejos naturais de qualquer viagem. Pouco ar e, pelas frestas, luzes da cidade, pedaços de transeuntes,

corpos imaginados, imagens fugidias que nos recordam a vida em liberdade. Buzinas soam, e tudo parece novo. Não fosse uma simples chapa de ferro, estaríamos imersos na vida.

Levávamos nossos pertences em sacos, mas para mim isso não era problema. Provisório no mundo, sempre carreguei pouca coisa: dinheiro miúdo, uma calça, um calção, pasta e escova de dentes, sabonete e cigarros era tudo o que eu tinha. Leve de bagagem, pude apressar o passo no transbordo, de modo a ultrapassar sem maiores problemas o corredor polonês que, no porto de Itacuruçá, precedia ao embarque no porão fedorento de um barco. Era praxe!

Frestas. Atrás delas, nos revezávamos para ver um pouco do mundo, agora totalmente azul e um pouco enjoativo. Foi nessa condição que, depois de navegar bastante, avistei o paraíso: montanhas altas e recortadas, enseadas tranquilas e hospitaleiras. Nosso barco recebeu o abraço de uma baía e, ao longe, apareceu um povoado; logo se pôde descortinar uma pequena igreja, um velho cais para embarcações menores, ruínas de um presídio desativado e algumas casas. À frente, um cais de maior porte, casinhas pequenas e uma construção de cor azul, que parecia um grande galpão. Logo descobri que era usado alternadamente como clube e como local de revista para os que chegavam em direção ao presídio novo.

Há muito tempo o destino do belo lugar estava associado ao sofrimento dos homens. Fazia-se ali, clandestinamente, desembarques de escravos, mesmo depois da abolição do tráfico. Em 1880, temendo o contágio de uma epidemia de cólera em curso na Europa, o governo brasileiro iniciou na ilha a construção de

instalações capazes de manter, em quarentena, até 1.500 homens.

Em 1892, no início da República, tornou-se necessário segregar portadores de outro tipo de cólera, ainda mais assustadora para nossa classe dominante: para lá foram enviados os sobreviventes da gloriosa Revolta da Armada, feitos prisioneiros. Em 1903, formalizou-se no lugar a existência de uma colônia correcional, mais tarde — em pleno Estado Novo — denominada Cândido Mendes.

O desembarque na vila do Abraão era acompanhado pelo segundo corredor polonês: ninguém escapava da pancadaria antes de subir na carroceria do caminhão que, em duas horas de viagem por estradas de barro, cruzaria toda a ilha e nos despejaria no presídio, ainda algemados. Ao finalmente chegar, depois de todo um dia de viagem, não pude deixar de pensar no contraste entre aquele lugar escondido, de frente para o oceano aberto, e o complexo da Frei Caneca, excessivamente visível, com seus muros altos bem no centro do Rio.

— Um-sete-quatro-quatro-quatro-cinco.

— William.

Estava feito o primeiro confere, que servia como senha de entrada numa comunidade fechada, dividida e imersa em hostilidades havia várias gerações. A ilha não é punição apenas para presos. Para lá vão os guardas considerados problemáticos pelo próprio sistema. Além destes, há filhos e netos de guardas mais antigos, que se fixaram por lá em outras épocas, criando raízes. Aprenderam, desde cedo, o ofício dos pais, e cresceram imersos na peculiar cultura local. Muitos sequer

conheciam o Rio. Que podiam pensar da vida? Como podiam entender aquelas levas de pessoas estranhas, vindas de longe, já na condição de prisioneiros?

Passados os muros, nosso caminhão manobrou em um pátio e encostou em um sobrado de dois andares, anexo a um grande prédio de três pavimentos, todo marcado por rachaduras e infiltrações. Teve início novo confere, nova revista geral e o preenchimento de fichas de entrada. Era patético o contraste entre o nervosismo dos recém-chegados e as atitudes perfeitamente rotineiras dos funcionários administrativos. Passada a porrada, tratam os presos de forma completamente opaca, como se por trás de cada rosto existisse apenas um número de matrícula e um prontuário, e não uma história de vida. De vez em quando, um pequeno comentário:

— Assaltante, hein?

Somos, simplesmente, assaltantes. Ou estelionatários. Ou homicidas. Entre os direitos que perdemos se encontra o de sermos conhecidos pela totalidade das nossas ações, boas e más, como qualquer ser humano. O ato criminoso — o único devidamente divulgado e reproduzido nas fichas — define tudo o que somos, resumindo, de forma mágica, passado, presente e futuro. Há gente que acredita nisso.

Desarticular a personalidade do preso é o primeiro — e talvez o mais importante — papel do sistema. Espancados, compulsoriamente banhados, assustados e numerados, estávamos prontos. Fomos então conhecer o refeitório — sujo, lodoso, infecto — a caminho do espera, uma cela coletiva no terceiro andar do presídio, onde cada um aguarda para ser distribuído pelas alas e galerias, quase todas coletivas. O ambiente era

paranoico, dominado por desconfiança e medo, não apenas da violência dos guardas, mas também da ação das quadrilhas formadas por presos para roubar, estuprar e matar seus companheiros.

Piores que os guardas, esses presos violentos eram estrategicamente colocados ali por uma administração que tinha todo interesse em cultivar o terror. Ninguém dormia no espera, pois a qualquer momento o infortúnio poderia chegar. Quem não se dispunha a brigar, não sobrevivia com integridade. Tive meu primeiro conflito quando quiseram estuprar o rapaz que viera algemado comigo. Os autores da façanha eram dois sujeitos que, nas andanças pelo sistema, eu já vira ajoelhados e humilhados, pedindo perdão à polícia. Gostavam dos mais fracos, os pulhas.

O ambiente nas galerias não era muito diferente. Os presos ainda formavam uma massa amorfa, dividida por quadrilhas rivais. Matava-se com frequência, por rivalidades internas, por diferenças trazidas da rua ou por encomenda da própria polícia, que explorava de forma escravagista o trabalho obrigatório e gratuito.

Dentro dos muros, havia serraria, sapataria, lavanderia, ferraria e colchoaria; fora, nas cercanias, horta, olaria, lenha, viga, estábulo, oficina de pesca e britador. Alguns presos ainda faziam trabalhos domésticos nas casas dos guardas, que estavam sempre prontos a exibir revólveres e porretes, cheios de ironia. A cada tentativa de fuga, o mesmo comentário.

— O preso foge, mas o tubarão come...

Jogavam, na nossa frente, uns para os outros, o tubarão — um pedaço de pau — anunciando assim a morte de

mais um companheiro, enterrado informalmente em alguma parte daquela imensa ilha. Os fugitivos que, por alguma razão, escapassem desse destino, tinham pela frente uma lenta morte anunciada, pois a punição pela ousadia era um longo período — às vezes, três anos — no isolamento. Não se passa impunemente por experiências assim.

O maior inimigo da massa da Ilha Grande, entretanto, era a própria ilha, dividida e dominada pelo terror. Eram presos que cortavam madeira no mato e preparavam os porretes usados pelos policiais. Fabricando caixões, aprendia-se o ofício de marceneiro. Era visível um cemitério nos fundos do próprio presídio. Os laudos cadavéricos, eu soube depois, eram assinados por um antigo refugiado nazista que ali encontrara acolhida.

Essa minha primeira vez na ilha durou poucos meses. Eu não suspeitava então que, anos depois, da resistência a essa situação, começaria a nascer na Ilha Grande um novo estado de espírito entre a massa carcerária. Também não suspeitava do massacre que atingiria meus melhores amigos, nem da boa surpresa que mudaria minha vida. Quando retornei ao continente, pensava apenas na liberdade, que no entanto não veio. Sem saber, estava condenado à revelia pela Justiça de São Paulo. A Casa de Detenção me esperava.

Nocividade

Prisão de São Paulo
um amontoado geométrico
de concreto, ferro e aço
Um montão de guardas
armados nas muralhas,
atentos...
para a “segurança social”

Um montão de homens presos,
inativos,
Uma massa amorfa,
sem direito a ter direito
Numa área que poderia
ser uma imensa
Universidade do Povo

Depois de conhecer o espera da Detenção, tão pavoroso quanto o da Ilha, fui colocado com mais uns trinta homens numa cela feita para cinco, em cuja largura não cabia uma pessoa esticada. Era uma coisa de louco, todo mundo espremido. Se você não tivesse conhecimento na massa, ficava padecendo por lá. Os presos mais fortes vendiam pessoas para pederastia, e os guardas vendiam lugares em xadrezes melhores, na própria Detenção. Na falta de dinheiro vivo, cigarro era a moeda circulante. Fiquei lá um ano e oito meses, trabalhando novamente em alfaiataria. Finalmente livre, voltei para o Rio.

Embora já tivesse consciência da situação política do país, não pensava em me ligar a nenhuma organização

revolucionária. Tampouco me interessava acumular propriedades: o negócio era viver melhor, enquanto fosse possível. Bater carteiras na rua, fazer pequenos furtos, assaltar transeuntes — isso nunca mais. Saí da prisão resolvido a buscar nos bancos, à mão armada, os recursos que não tinha e que não obteria por meio de trabalho comum, meramente escravizante. Havia riscos, é claro, mas me dispunha a enfrentá-los. A prisão me profissionalizara no crime. Com quase trinta anos de vida e mais de dez na cadeia, não via como voltar atrás.

Não tardei a ser preso de novo, na fuga de uma ação. Ironia: enviaram-me para o DOI-CODI, organismo do Exército encarregado da repressão política, na rua Barão de Mesquita, onde fui torturado — choques, pau-de-arara — para confessar a que organização política pertencia. Levaram quatro dias para se convencer de que eu não era subversivo.

— Sou da organização da fumaça.

Quando isso ocorreu, fui para o DOPS, todo inchado, com duas costelas quebradas. Lei de Segurança Nacional. Cheguei à noite no velho prédio da rua da Relação e fui colocado no conhecido Ratão, um conjunto de pequenas celas individuais, revestidas de chapas de aço, situadas no fundo da carceragem e reservadas aos incomunicáveis.

Na manhã seguinte, escutei passos e logo um rosto muito branco, com cabelos lisos, se mostrou na portinhola, falando de forma amiga:

— Se precisar de alguma coisa, é só chamar.

Ficamos amigos e, nos três meses seguintes em que lá permaneci, tivemos longas conversas. Ele se chamava

Januário Pinto de Almeida Oliveira — Janu — e sua história impressionante merece atenção.

Janu e seu irmão Antônio Marcos haviam sido criados para ser padres, mas desistiram desse destino em 1965, ao completarem o ginásio no Seminário Arquidiocesano São José. Ingressaram na Juventude Estudantil Católica e, em 1967, começaram a participar do movimento estudantil que então se reorganizava. Em fins de 1969, Janu ficou preso dois meses, acusado de pertencer à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (Var-Palmares). Novamente em liberdade, sempre em companhia do irmão, passou a viver na semiclandestinidade e conseguiu abrigo numa igreja em Oswaldo Cruz, subúrbio do Rio, onde se integrou ao Grupo de Jovens que ali atuava. Não tardou nova prisão, com invasão de residências e da própria igreja onde se reuniam.

Em março de 1972, um duro golpe: numa casa na avenida Suburbana, usada para reuniões do grupo, Antônio Marcos foi morto por agentes do DOI-CODI. Janu ficou transtornado. Um mês depois, outro golpe: sua irmã foi presa e barbaramente torturada.

Janu permaneceu em liberdade até fevereiro do ano seguinte, quando também foi preso e pôde experimentar o tratamento cruel então dispensado a seus conhecidos e familiares. Agora estava ali, no DOPS, e procurava ser sempre solidário com os outros.

No início de 1975, eu fui transferido para o presídio Hélio Gomes (o conhecido PP) e Janu retornou à liberdade. Manteve-se em contato comigo: casou, teve duas filhas, chegou a ser subgerente de uma firma distribuidora de cosméticos, mas não perdeu o sentido da luta. Apoiou

deputados progressistas do então MDB, integrou-se à Associação de Moradores de Senador Camará, tornou-se — por opção — trocador de ônibus. Voltou a ser preso em 1981, num carro roubado. Condenado a três anos e quatro meses, esteve em Água Santa, onde redigiu documentos de denúncia sobre as condições carcerárias. Um deles se salvou e chegou até mim:

> *As celas estão superlotadas. Em cada xadrez moram, em média, trinta homens. As ralas espumas com que forramos o chão, além de estarem impregnadas de insetos daninhos, não são suficientes para todos. Na maioria dos casos, dormem dois homens em cada espuma. Para mantermos a higiene somos obrigados a comprar desinfetante e sabão com o nosso próprio dinheiro, pois nada disso a casa concede. Improvisamos panos para a faxina com pedaços dos cobertores. A água só é aberta três vezes ao dia, 15 minutos por vez. Permanecemos trancados 24 horas por dia. Não é permitido nenhum tipo de comunicação de um xadrez para outro, por mais necessária que seja. A casa não dá nenhum tipo de ocupação. Se procuramos fazer algum tipo de trabalho de artesanato, pagamos preços absurdos pelo material, comprado aqui na cantina. Estamos em Água Santa como se estivéssemos sepultados vivos. Aliás, os que se encontram na galeria A (a*

mais numerosa) estão literalmente sepultados vivos, já que essa galeria é subterrânea... Estamos cansados de assistir cenas em que um companheiro é retirado sob espancamento para ser levado à inspetoria, onde será submetido a mais violência. Pelo menor motivo, ou até sem motivo, estamos sujeitos a agressões. Basta, por exemplo, uma palavra em voz baixa, pronunciada num momento em que eles exigem silêncio. A única preocupação deles, no momento, parece ser não deixar marcas muito reveladoras...

Em outubro de 1982, já em prisão-albergue, resolveu não se reapresentar à Justiça. Não conheço em detalhes a história de Janu nessa fase em que ficou foragido, mas, por testemunho de sua companheira, sei que na madrugada de 11 de fevereiro de 1983, foi preso, degolado e deixado morto nos matagais de São Gonçalo. Ele foi enterrado como indigente no cemitério de Pacheco, em Niterói. Deixou inconcluso um pequeno romance que começara a escrever.

Eu estava então numa cela da galeria D do presídio Hélio Gomes, uma espécie de centro de triagem de grandes dimensões. Apesar de ser dentro do complexo da Frei Caneca, o prédio do PP não fora projetado para servir de prisão. Não sei por que, os quatro andares foram adaptados para isso, criando-se celas coletivas que pareciam cofres: portas inteiriças de aço com pequenas

vigias que só serviam de fora para dentro, janelas pequenas e altas. Nada se via lá fora. No chão, apenas estrados de madeira. Onde caberiam dez, moravam quarenta, sem água na cela: uma vez por dia, recebíamos latas de vinte litros, para todos os usos.

Por ser um local de trânsito, o PP sempre teve mais violência: misturavam-se ali pessoas com os mais diversos passados, e perspectivas mais diversas ainda, dificultando ao extremo que se criasse uma consciência coletiva. Pistoleiros de aluguel podiam dividir a cela com um preso primário. Na minha época, chegou a ter polícia mineira: preso que batia em preso a mando dos guardas, que não queriam sujar as mãos ou se cansar. Isso me enojava. Eu passava meu tempo roendo a raiva e fazendo, a lápis, malditas palavras cruzadas, cujo estoque não podia renovar. Fazia e apagava, para recomeçar a fazer.

Desejava, é claro, fugir. Juntei-me a um rapaz chamado Heleno e preparamos uma fuga pelo teto (estávamos no último andar). Era preciso conseguir serra, talhadeira e marreta, mas isso se resolvia com o dinheiro que tínhamos. Fizemos a encomenda e, depois, chamamos o xerife da cela. Ele ficou com medo e foi destituído do cargo. Era inevitável que todos os companheiros tomassem conhecimento da nova atividade. Conversamos com um por um:

— Ninguém se comunica. Na hora, vai quem quiser. Qualquer vacilação, morte certa.

O plano: furar a parede, passar para o corredor, atingir a gaiola onde ficavam os guardas do andar, arrebentar o cadeado e subir. Uma vez no telhado, procurar o caminho. Começamos o tal buraco, tomando o cuidado

de preparar com antecedência um quadro que o esconderia. Com três horas de trabalho por dia, em cinco dias terminamos. Tudo deu certo.

Saímos. Escondidos num vão, esperamos a troca de guarda. A noite ia alta quando um companheiro pediu que o polícia se aproximasse da cela. Foi dominado, conforme o previsto. Com rapidez, invadimos o alojamento e aprisionamos mais dois. Arrebentamos em seguida o cadeado e subimos em direção ao sótão. Aí, nada certo. Além de três cadeados, a porta de cima tinha uma engrenagem especial, cuja chave — disseram os guardas — estava na segurança.

— Vamos sair pela porta da frente.

Heleno vestiu uma farda e, com esse estratagema, usado sucessivamente em cada andar do presídio, conseguimos atingir a galeria A, perto da última porta. Merda. Talvez alertado por algum barulho estranho, o plantonista de baixo não confiou na simples aproximação de Heleno fardado:

— Quem é você?

Alarme. Tentamos, sem sucesso, arrombar os cadeados, mas logo chegaram reforços. Era preciso recuar. Para evitar uma invasão imediata, tocamos fogo na galeria e conduzimos nove guardas, como reféns, para o último andar, onde passamos a negociar nossas vidas. Se nos rendêssemos em plena madrugada, não sobraria ninguém para contar essa história. Três horas de agonia, com centenas de policiais à volta. Ameaçávamos com bombas (que não tínhamos), mas não pudemos resistir. Começou a fulminante invasão. Ferido a tiro na mão, semidesacordado de paulada, enrolado num cobertor, fiz

minha primeira entrada no hospital do sistema penitenciário.

Noventa dias depois, fui mandado novamente para Ilha Grande.

Reflexões I

Os anos confinado no cárcere,
a opressão física e mental
não conseguiram eliminar-me
sinto n'alma o arder do amor
de um amor que não se alimenta de moedas

E sonho...
sou um átomo
e meus sonhos, um universo inteiro
com tudo: terra, ar, água,
estrelas e gente

Nos meus sonhos,
mais importante que um rei,
um capitalista, um papa,
um político, um burocrata,
é o povo no poder

Esse povo põe a vida em marcha
todo, toda hora,
E só possui o que resta
dos banquetes da elite

O que o hospital consertou, a escolta voltou a quebrar, apenas para manter a velha praxe. Cheguei na Ilha e, moído de pau, fui levado direto para o lado B da segunda galeria. Era a mesma que, anos antes, recebera os marinheiros e outros presos políticos da velha geração, depois da fuga da Lemos de Brito. Gradativamente libertados, a partir de 1971 foram substituídos pelo grupo ao qual me integrei. Assaltáramos bancos, mas

sem vinculação com as organizações armadas, que faziam o mesmo num contexto de luta contra o regime de exceção.

Mesmo assim, para preservar o que os juristas chamam de isonomia — mesmo tratamento jurídico para os mesmos crimes —, estávamos entregues a foros militares e submetidos a todos os rigores da Lei de Segurança Nacional, instrumento de clara inspiração política. Essa ambiguidade tornou-se nossa marca registrada, inclusive do ponto de vista subjetivo. Hoje, vejo que ela contribuiu fortemente para que o grupo tivesse um trágico destino.

Depois de permanecer algum tempo em quartéis militares, a maioria dos presos oriundos das organizações armadas dos anos 1970 também tinha regressado à Ilha Grande. Alegando incompatibilidade de hábitos e de ideologias, eles pediram que a galeria fosse dividida, o que foi feito, cabendo a nós a parte conhecida como Fundão.

Eram vinte cubículos individuais, ocupados porém por quatro ou cinco pessoas, em regime de tranca dura, com direito de circulação pela galeria apenas nos instantes que antecediam o café da manhã e o almoço, servidos em grandes panelas. Abertos os cubículos, fazíamos filas para encher nossos pratos com a combinação quase invariável: feijão-com-arroz e carne-com-batata. Além desses parcos minutos, meia hora de banho de sol e curtas visitas quinzenais era o tempo disponível que tínhamos fora das celas. Quase noventa homens permaneciam assim, isolados duplamente — da comunidade em geral e dos demais presos — e com identidade social e jurídica pouco definida: apesar de submetidos a tribunais de exceção e combatidos pela

máquina repressiva do regime, não éramos considerados presos políticos.

Os companheiros com quem passei a dividir a morada me receberam muito bem, preparando-me chás e infusões para aliviar minhas dores. Havia forte tensão no ar. O isolamento de todo o grupo era angustiante, mas, mesmo assim — ou por causa disso —, iniciava-se um processo de luta. As portas dos cubículos eram de madeira grossa, pintadas de marrom e trancadas por fora. Por cima delas, muito mais altas do que uma pessoa, pequenas aberturas gradeadas garantiam a circulação de ar, dando para o próprio corredor. Por ali, um rosto mulato apareceu e sussurrou com pressa:

— Eu sou o Nelson. Quero falar com você. Cabeça, cabeça, não se teleguie.

Disse essa última frase com o dedo apontado para a própria testa, indicando que eu deveria pensar, e sumiu. Não entendi o recado, nem tive tempo de responder.

Logo descobri que Nelson Nogueira dos Santos era um preso singular: tinha cerca de trinta anos de idade, lia muito, falava mais, gostava de música clássica. Exercia uma clara liderança intelectual sobre os outros. Era ele quem redigia os documentos, incentivava os grupos de estudo, fazia um acirrado trabalho de conscientização.

No primeiro banho de sol, pudemos conversar longamente. Ele discorreu sobre as dificuldades do Fundão e a necessidade de organizar os companheiros, para superar diferenças trazidas da rua e estabelecer um modo de vida que permitisse liberar nossas energias para o confronto com a repressão e a luta pela liberdade.

Temia que eu desse força para os mais renitentes a essa organização, que diziam ser meus amigos.

— Precisamos de pessoas que nos ajudem.

Concordei plenamente e assumi o compromisso de apoiar o esforço para manter a unidade e evitar qualquer manifestação de individualismo. Um grupo mais esclarecido funcionava como organizador do coletivo e havia uma comissão encarregada de negociar, em nome de todos, com a administração. Na divisão dos cubículos, procurava-se colocar juntos companheiros que tinham e que não tinham visita, de modo a garantir que todos tivessem acesso a uma cobertura de fora, geralmente reforço alimentar ou material de higiene.

Nas freqüentes reuniões discutiam-se problemas internos e problemas gerais, incluindo-se aí sessões de leitura coletiva. *A história da riqueza do homem*, de Leo Huberman, e *Vietnã: a guerrilha vista por dentro*, de Wilfred Graham Burchett, eram dois dos livros que tínhamos lá. Grupos pequenos conseguiam encontrar-se da seguinte maneira: na hora de pegar o café, quando os cubículos eram abertos, os companheiros que fossem participar de uma mesma reunião manobravam na fila e entravam todos num mesmo cubículo, previamente combinado, onde permaneciam trancados até o almoço, quando as portas novamente se abriam.

A unidade, no entanto, já não ultrapassava mais o portão de ferro que nos separava dos integrantes das organizações armadas: eles não se misturavam, rompendo assim, talvez sem saber, uma velha tradição das cadeias, em que revolucionários e presos comuns, ao compartilharem o mesmo chão e o mesmo pão, cresciam

juntos num mesmo ideal. Tinham suas razões, mas não éramos obrigados a aceitá-las.

Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 1970 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. O desejo de isolamento indicava, entre eles, a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distensão do regime.

Nós não tínhamos essa perspectiva, nem nos seria dada essa chance. Nosso caminho só podia ser o oposto: a integração na massa carcerária e a luta pela liberdade, contando com nossos próprios meios. Nelson, Ricardo Duram de Araújo, Apolinário de Souza (Nanai), Paulo Nunes Filho (Flávio), Sérgio Túlio Aché, Carmelindo Lima Rodrigues (Baianinho) e outros companheiros pediram que eu fizesse nova tentativa de aproximação, mas não tive êxito. Terminara o período de cooperação entre os dois coletivos.

“Existem trinta presos políticos na Ilha Grande”, escreviam em seus documentos. “Somos noventa presos proletários”, respondíamos, com uma ponta de mágoa e provocação. Éramos testemunhas de que gerações anteriores de ativistas políticos tinham feito questão de conviver com a massa, da qual sentiam-se parte e pela qual desejavam zelar. Dessa vez, as condições eram

ainda mais favoráveis: tínhamos a experiência de outros contatos, estávamos organizados, desejávamos ampliar nossa pequena biblioteca, queríamos aprender. Mas eles não perceberam — ou não quiseram perceber — a oportunidade de convivência.

Participei do grupo de coordenação interna do Fundão e, posteriormente, da comissão de contato com a administração, formada pelas pessoas mais populares de todas as quadrilhas, bem como de todas as comunidades lá representadas. Estávamos em 1974, e nossas principais lutas eram contra os espancamentos, pela abertura dos cubículos ao longo dos dias (com a conseqüente permissão de trânsito dentro da galeria) e pelo respeito aos nossos visitantes. Estes eram submetidos a um verdadeiro massacre: sem permissão para pernoite na própria Ilha Grande, faziam uma estafante viagem de ida e volta num mesmo dia e estavam sujeitos a todo tipo de humilhações. Assim, nossas famílias também cumpriam pena.

Dependíamos delas, inclusive, para complementação alimentar, pois a comida no presídio era intragável. Até hoje, é forte entre os presos a desconfiança de que parte do orçamento destinado ao sistema fica nas mãos de quadrilhas de carcereiros profissionais, que desviam alimentos e compram produtos de muito baixa qualidade, agindo em acordo com certos fornecedores.

Conseguimos a adesão de todos em relação a estas questões, e a disposição de lutar era grande. A medida de número um — que representava uma verdadeira revolução cultural na cadeia — era a proibição de qualquer ato de violência de preso contra preso. As incompatibilidades pessoais deveriam ser deixadas de lado, para serem resolvidas na rua, pois era preciso criar

entre nós um ambiente tranquilo, que nos fortalecesse diante da repressão. Assalto, estupro ou qualquer forma de atentado estavam banidos. Uso de armas, só para fugir, se surgisse ocasião. Ou melhor: se conseguíssemos fazer a ocasião.

Vivíamos procurando uma saída, tentando escapar de qualquer jeito. Nem animais suportariam passivamente aquele cativeiro cruel, em que tudo nos era dificultado. Nossas denúncias e reivindicações, por várias vezes encaminhadas à Justiça, definitivamente não eram levadas em conta.

O sofrimento fortaleceu nosso desejo de fuga. A primeira oportunidade foi singular. Paulinho chegou do juiz com a boa notícia: fora absolvido, faltava apenas esperar o alvará. A rigor, não deveriam tê-lo trazido de volta: poderia esperar a liberdade no Hélio Comes. Mas o fizeram, e Nanai logo pensou que poderíamos tirar proveito desse erro:

— Se um vai embora, por que não tentarmos dois? A ideia era simples: alvarás não trazem fotografias, e, em geral, os guardas não nos conheciam pelos nomes. Que tal?

Conversamos com Paulinho:

— Nossa lei é ajudar um ao outro. De qualquer forma você vai sair, pois foi absolvido. Deixe o Júlio se apresentar em seu lugar. Ele está cheio de cadeia...

— Tudo certo.

Além de condenado a dezenas de anos, Júlio César Aché foi escolhido por ser parecido com Paulo. Nosso barbeiro

providenciou um corte de cabelo que aumentasse a semelhança.

Depois, o falso absolvido estudou os dados do outro — pais, aniversário, número de registro — e ficamos esperando. O dia seguinte nem tinha amanhecido quando um guarda chamou Paulinho na grade. Júlio se apresentou, disse em voz alta os dados e saiu, sob intensa, porém contida, torcida de todos nós. O massacre a que estávamos submetidos tornava ainda mais saboroso o gosto de vingança que o estratagema trazia.

Vinte e quatro horas depois Paulinho bateu desesperado na porta, chamando o guarda de Plantão:

— Quero ir embora! Quero ir embora!

— Está maluco, rapaz? Ir embora a troco de quê?

— Meu alvará já chegou!

— Como é teu nome?

— Paulo de tal.

— Esse cara saiu ontem.

— Não. O Júlio me deu um chá e eu dormi até agora. Ele não está mais aqui. Foi no meu lugar!

Três dias depois, Paulinho deixava o Fundão, aclamado pela galera.

Através dos muros

Consigo ver através dos muros
translúcidos, transparentes...
a luz

Consigo ver através dos muros
da alma...
Da dor no peito que esmaga,
que corrói

Consigo ver através dos muros
do medo
a saída para a luz do saber,
translúcida, transparente

Consigo ver através dos muros
de mim
o caminho a seguir

Lembro-me até hoje do jeito calmo do falecido Jorge Jordão de Araújo, o Caô, integrante da nossa comissão. Mineiro, muito popular, cheio de conversa, nos banhos de sol batizara nosso time: era o Chora na Cruz.

— Como é que está, meu irmão Caô?

— Tô chorando na cruz.

Tinha razão. Não havia perspectiva à vista: num tempo em que as garantias individuais do cidadão nas ruas estavam suspensas, que dizer das garantias para nós, condenados?

É preciso reconhecer, no entanto, que, em meio a tantas dificuldades, o Fundão nos deu um mínimo de estabilidade, condição para que construíssemos uma identidade. Até então não criáramos raízes, pois estávamos sempre de passagem em alguma unidade do sistema, jogados daqui para ali, como coisas.

De vez em quando saía um sambinha, em geral puxado por Zé Saldanha e Nanai. Cantando e batucando sem ver os demais, nosso coro realizava em paralelo dois desejos profundos de qualquer coletivo de presos: deixar o tempo passar e irritar os carcereiros.

Em 1974, começaram os choques diretos com a administração. O primeiro decorreu de um protesto que fizemos contra um duplo homicídio. Aproveitando-se do fato de prestarem serviços extramuros, dois presos comuns se embrenharam no mato, tentando fugir. Sua ausência foi notada na hora do confere, causando a mobilização de um contingente que conseguiu localizá-los alguns dias depois.

Trazidos de volta a socos e pontapés, chegaram agonizantes. O subinspetor — máxima autoridade local naquele momento — não quis recebê-los nesse estado. Enquanto os funcionários procuravam a melhor maneira de contornar o impasse, os dois fugitivos ficaram deitados na frente do portão principal do presídio, onde um veio a falecer, sob protestos de um grupo de presos, que a tudo assistia. O segundo rapaz morreu no transporte para o continente.

Fizemos uma denúncia formal, que foi apoiada por mais de duzentas assinaturas de presos comuns, além dos cerca de noventa que estavam no Fundão. O coletivo dos presos políticos nos ajudou a enviar o documento que,

divulgado no exterior, levou à punição de diversos guardas penitenciários e integrantes da Polícia Militar.

Foi um fato extraordinário, que provocou um acirramento no ódio que os agentes da repressão nutriam contra nós. Aumentaram o controle e os conflitos, e, com eles, nossa disposição para fugir a qualquer preço. Com o início dessas tentativas, começamos a sofrer as primeiras baixas.

Em dezembro de 1974, três de nós — Antônio de Barros Cavalcante (Antônio Branco), Francisco Rosa da Silva (Horroroso) e Rivaldo Carneiro de Moraes (Marta Rocha) — foram embarcados para uma audiência judicial e instalados provisoriamente no Galpão da Quinta da Boa Vista. Entenderam então que era chegada a hora de uma tentativa de fuga, que terminou tragicamente.

Impedidos de sair pela guarda, tomaram como refém o diretor do presídio, coronel Darci Bittencourt da Costa, e durante oito horas e meia, sitiados na cela oito da galeria B, negociaram a liberdade, na forma de um salvoconduto para o México, tal como havia sido feito, anos antes, com presos políticos trocados pela vida de diplomatas estrangeiros.

Desta vez, a decisão do governo foi outra. O Galpão foi invadido por forte contingente policial que atirou em todas as direções, matando uma dezena de presos — a maioria sem participação alguma no episódio — e o próprio coronel. Segundo os jornais do dia seguinte, “a invasão fulminante da galeria teria ocorrido às 17h”. Às 17h 15min, porém, quando tudo já estava dominado e a imprensa era mantida do lado de fora, “recomeçaram os tiros [entre quem?], que duraram mais um minuto, de

forma esparsa, até que a situação foi dada como dominada”.

Não ficou testemunha do que se passou. A família do coronel, sintomaticamente, dispensou as honras militares de praxe, que chegaram a ser anunciadas pelo comandante da Polícia Militar.

A invasão do Galpão foi fartamente documentada pela imprensa. Não posso lembrar daquelas cenas sem ver tudo como espetáculo, exibição de poder. Sabíamos que Antônio Branco era impetuoso em ação e tinha sede de liberdade, mas estava isolado, dominado, querendo negociar. No Fundão, esse antigo funcionário público — não sei se dos Correios ou do Banco do Brasil — conquistara nossa amizade com seu jeito de sonhador. Tendo sido pintor, retratara Lampião na cabeceira de seu beliche — costumava dizer que éramos os “cangaceiros da era das máquinas” — e fizera, no outro lado, um desenho impressionante, em que se misturavam um cogumelo atômico, flores e crianças despedaçadas: “É como eu vejo este mundo”, disse-me um dia.

Sobre sua transferência para o Galpão, houve muita especulação. A verdade é que fora mandado para lá por existirem suspeitas de que havia um plano de fuga do presídio Hélio Gomes, envolvendo Lúcio Flávio e o pessoal do Fundão (que normalmente ficava alojado lá quando vinha ao continente para alguma audiência judicial). O tal plano era completamente fictício, mas a direção do presídio resolveu transferir nossos companheiros para o Galpão, onde paradoxalmente a segurança era muito menor. Daí a ideia de aproveitar a ocasião para fugir.

Enquanto o plano amadurecia, eu mesmo passei pelo Galpão, onde Antônio Branco já preparava o esquema, tendo adiantado o pagamento do necessário suborno a quem de direito. Quando voltei do juiz, passamos a noite inteira aguardando, a qualquer momento, a entrada das armas encomendadas. Na manhã seguinte, quando os presos do convívio fossem para o banho de sol, renderíamos o guarda e manteríamos a guarita sob fogo, para lançar uma corda sobre o muro e alcançar a Quinta da Boa Vista, onde um carro nos esperaria. Por algum motivo, as armas não chegaram na noite combinada. Frustrados, retornamos à Ilha Grande.

Em Mangaratiba, na baldeação, cruzamos com Marta Rocha e Horroroso, que desciam para juízo. Três dias depois, Antônio Branco retornaria ao continente e reencontraria os dois no Galpão, detonando o plano, com um final infeliz. A morte, mais uma vez, cruzara comigo de perto, mas não me escolhera.

Vejo

Agora estou podendo levitar...
Passeio pelo mundo de mim,
de nós

Consigo flutuar e flutuando
viajo em busca de mim mesmo:
Retroceder?

Não. A luta prossegue...
a busca da paz em mim
fora de mim ela já se foi,
se esvaiu...

Penso,
logo, ainda que vivo, estou morto
Ainda que viva esteja em mim
a semente da justiça

A morte dos três companheiros abalou e intimidou a coletividade carcerária. No Fundão, acentuaram-se os maus tratos e, nas viagens ao continente, os espancamentos se tornaram mais abusivos. Depois de muitas denúncias na Justiça Militar, conseguimos que as portas dos cubículos permanecessem abertas durante os dias, de modo que todos pudessem transitar pela galeria. Pouco depois, o Superior Tribunal Militar enviou um juiz auditor para verificar in loco *o tratamento que recebíamos. Aleluia, o poder finalmente se movia, pelo menos na aparência. Em reunião conosco, o juiz ouviu as denúncias, formalizadas por Nelson em nome de todos, e reconheceu nossa difícil situação, bem como de nossas*

famílias, afirmando que tomaria as providências necessárias.

Houve esperanças, mas o tempo passou e tudo ficou na mesma. Recebemos depois a visita do secretário estadual de Justiça, Laudo de Almeida Camargo, e do diretor-geral do Departamento do Sistema Penal (Desipe), Augusto Frederico Thompson. Diante de nossa comissão, ele afirmou que não poderíamos mais viver como um grupo "estanque e problemático"; éramos presos comuns e seríamos distribuídos no convívio de forma gradativa, de acordo com o nosso comportamento, de modo a evitar choques com a massa. Solicitou que fizéssemos requerimentos individuais, reivindicando essa integração. Na ocasião, para nos definir, usou um termo que repudiamos imediatamente: cancro.

A reafirmação de nossa condição de presos comuns não era casual. Não reivindicávamos para nós o estatuto de presos políticos, mas queríamos que se mantivesse a coerência, em nome da qual havíamos sido enquadrados numa lei mais severa, feita para castigar opositores do regime. Como justificar, por exemplo, que durante o cumprimento da pena tivéssemos negados os mesmos benefícios a eles concedidos? A isonomia só funcionaria contra nós? Que tipo de presos éramos, afinal?

Explicamos ao Dr. Thompson que não haveria nenhum choque com a massa, pois nos sentíamos parte dela. Quase todos tínhamos passado pelas penitenciárias, inclusive pela própria Ilha Grande. Além disso, nossa transferência para o convívio não seria uma operação complicada: bastava abrir um portão para nos livrar do isolamento, que configurava uma situação de castigo permanente e injustificado. Mas, explicamos: não faríamos os tais requerimentos. Em primeiro lugar,

porque cabia aos carcereiros assumir a responsabilidade de seus atos. Em segundo lugar, isolados ou não, continuaríamos a reivindicar, para nós, a extensão de quaisquer direitos que viessem a ser concedidos a pessoas que, afinal, objetivamente, haviam cometido os mesmos crimes que nós — principalmente assaltos a bancos — e estavam enquadradas conosco na mesma lei.

Este era o x da questão. Estávamos vivendo mudanças políticas no país. Crescia a possibilidade da revisão da Lei de Segurança Nacional e de anistia aos presos políticos. Paradoxalmente, a quebra do nosso isolamento aparecia agora como uma manobra preparatória para nos excluir dos benefícios jurídicos que outros condenados viessem alcançar. Era curioso. A isonomia funcionara plenamente contra nós, na forma de tribunais militares, penas maiores, condições carcerárias mais duras, mas não funcionaria a nosso favor. O que se passou mais tarde veio confirmar nossas suspeitas: aos presos políticos foi dada anistia, enquanto nós fomos lentamente aniquilados.

Justamente nesse delicado período de negociações e impasses, tivemos um grave problema interno: considerando iminente a reintegração ao convívio com a massa carcerária, um preso do nosso coletivo assaltou um companheiro, rompendo o pacto de não-violência que havíamos estabelecido entre nós. Como agravante, assumiu uma posição desafiadora quando o assunto foi trazido à luz: fora inspirado e apoiado pela quadrilha que então dominava toda a Ilha Grande, cobrando pedágios, matando e estuprando. O produto do roubo, quando investigamos, já fora enviado para fora do Fundão. Era uma provocação.

Que fazer? Aceitar sua impunidade seria uma confissão de fraqueza, desunião e pusilanimidade. Por outro lado, a única punição passível de ser sustentada com êxito era a mais radical e definitiva de todas: a morte. Ao contrário dos poderes constituídos, não teríamos autoridade para executar qualquer outra pena ou castigo. Que fazer?

Nesses momentos críticos, a vida de qualquer coletivo se põe à prova. Em nosso caso, o cadáver do preso assaltante, retirado ainda ensanguentado e quente, pelos guardas, ao longo das galerias, anunciou a toda Ilha Grande que não estávamos intimidados, nem rendidos, nem brincando. Quem, diante de nós, quisesse manter os velhos hábitos das cadeias — estuprando, assaltando e matando —, que se preparasse para enfrentar conseqüências.

Como previámos, a imprensa e o sistema penal logo capitalizaram os acontecimentos: queríamos status de presos políticos, mas éramos apenas bandidos sanguinários, capazes de eliminar friamente quem a nós se opusesse. A repressão se acentuou. Rasparam a cabeça de três companheiros. Em resposta, raspamos as nossas também, formando uma galeria de noventa carecas solidários. Foi o limite.

Depois de retirar os presos políticos da vizinhança, os carcereiros invadiram nossas celas, dispostos a tudo. Como não podíamos enfrentá-los fisicamente, entramos em greve de fome, mesmo sem ter apoio externo. Mais uma vez, os acontecimentos nos impunham o caminho. Começou então, em plena crise, nossa dispersão pelo sistema, combinada com uma política mais ou menos explícita de eliminação física, mental e moral das chamadas lideranças.

Reflexões II

Mergulho no tempo,
nos séculos, nos milênios,
na história dos povos,
nas civilizações,
na própria humanidade

E fico meditando
em busca de uma resposta,
da luminosidade dos questionadores
que ousaram revelar seu inconformismo
diante da infelicidade
do desperdício humano
em criar instrumentos de dominação,
terror e morte

Desperdício muitas vezes
cientificamente calculado,
aperfeiçoado,
maldosamente testado
e usado contra nós mesmos,
com mil formas de matar,
lenta ou instantaneamente

Minha sensibilidade se aflora
nesta reflexão,
me agita, me deprime, me angustia
Me revolto,
buscando consciências
que também reflitam esta inconsequência,
pois há de tudo na natureza
para sermos felizes e justos

Para esvaziar o movimento, o Desipe transferiu alguns de nós, em grupos, para estabelecimentos do continente, cortou nossas comunicações com o exterior, tirou nosso pequeno estoque de sal e açúcar e fechou a água corrente. Que diferença! A greve de fome dos presos políticos tivera a presença de médicos e soro, com ampla divulgação!

Eu fui para Água Santa, um prédio construído em área desnivelada e, por isso, parcialmente encravado no chão. Quiseram fazer ali uma cópia daquelas cadeias americanas que a gente vê nos filmes: do centro, o guarda controla tudo. Não deu certo. Talvez pela topografia, a arquitetura não é cilíndrica, mas em forma de cubo, e o excesso de ferro usado na construção dá a todo o conjunto um aspecto de amontoado de gaiolas. Um circuito interno de televisão chegou a ser instalado, mas nunca funcionou.

A percentagem de guardas problemáticos, corruptos, agressores, era bem maior ali do que na média dos presídios do continente. Responderia isso a uma política deliberada do sistema? Seria resultado natural de uma cultura desenvolvida no próprio local? O terror era levado ao extremo para compensar a relativa insegurança de um presídio sem muros externos? Não sei dizer. Mas era ruim estar ali dentro.

Não nos safávamos das celas sequer para tomarmos banho de sol. Tentávamos aproveitar a claridade que, em certas horas do dia, entrava por aberturas gradeadas existentes no teto. Visita era favor da administração, não direito do preso.

Logo ao chegar, vimos o ritual dos primários: tirar a roupa, tomar um banho de creolina, cortar o cabelo e

passar pelo corredor polonês. Não fizeram isso conosco, mesmo porque não aceitaríamos. Em compensação, no primeiro dia fui dormir sadio e acordei doente: bolotas por todo o corpo, coceiras e uma íngua em formação. Quarenta homens numa cela, com limitação de acesso à água, aberta duas vezes ao dia — que outro destino poderia haver? Tinha gente podre ali, gente muito ferida. Mostrei a um guarda os primeiros sintomas de alguma doença de pele que se insinuava:

— Reclamando de quê? Você até que ainda está cheio de saúde... Espere ficar mais caidinho...

— Caidinho em cima de sua mãe, desgraçado!

Pronto, já vem porrada, pensava enquanto falava. Tudo bem. O importante era mostrar que os guardas não tinham moral conosco, ainda que estivéssemos dispersos. Nós, os da Lei de Segurança, permanecíamos unidos pelo mesmo comportamento, e todos os presos sabiam que não ficariam impunes atos de violência contra um de nós. Acostumados com a organização do Fundão, logo começamos a queimar cobertores infectos e dividir melhor os espaços, tendo em vista garantir higiene e limpeza.

Não demoramos a nos reencontrar — na surda. Nelson, Nanai, Sérgio Aché, Flávio, Ricardo Duram, Almir do Amaral e eu fomos para a pior masmorra entre quantas o sistema tem ou já teve. Era uma caixa subterrânea de ferro e concreto, com cinco metros por quatro, sem luz natural, sem circulação de ar, sem vaso sanitário ou qualquer forma de eliminação de dejetos.

Nus e amontoados, permanecemos lá trinta dias, fazendo nossas necessidades fisiológicas num canto da cela, de

modo que o cheiro de mijo e de merda impregnou até nossa alma. Insetos, doenças de pele e diarréias foram companheiros constantes. Nas noites, canos de fuzil eram introduzidos pela única abertura existente, um quadrado com cerca de meio metro de lado, fechado com grades.

Todos os dias, de manhã à noite, ouvíamos gritos e gemidos de outros presos, aparentemente recém-chegados de distritos policiais, submetidos a espancamentos de praxe. Em cada pequena cela, homens se amontoavam. Como o Ari Franco tinha uma galeria para mulheres presas, algumas delas também iam parar no castigo, onde comumente eram espancadas nuas.

Certa vez, abriram nosso cubículo e tentaram nos bater, mas revidamos à altura, comportamento considerado exemplar pelos demais presos que acompanharam a cena. A muito custo nos dominaram e não ousaram repetir a tentativa, enquanto permanecemos juntos. Pouco depois, fomos distribuídos nas celas, onde passamos a pregar a desobediência coletiva.

A tensão chegara ao limite. Alguma coisa iria acontecer. Aconteceu. Um preso, nitidamente desequilibrado, bateu repetidamente a cabeça de outro na parede da surda, até matar o companheiro, por causa de uma desavença em torno de um pedaço de pão. Nelson protestou veementemente contra a indiferença demonstrada pela administração e, por este motivo, foi espancado e colocado, junto com o assassino e mais dez outros presos, na mesma cela onde o crime ocorrera. Revoltado, iniciou nova greve de fome, que no início contou com a adesão dos demais.

Ficamos preocupados, pois estava clara a intenção do sistema. O caminho que nos restava era o de trabalhar a massa carcerária para organizar um motim ou uma fuga coletiva. Havia gente boa no convívio, mas precisávamos criar as condições necessárias. Qualquer greve de fome colocaria o tempo contra nós, e não a nosso favor. Nosso trabalho era dificultado pelas constantes transferências, medida preventiva tomada pela administração. Alguns de nós eram transferidos de galeria até três vezes no mesmo dia. A revolta de Nelson, embora justa, vinha fora de hora. Sem nenhum apoio e contato no mundo exterior, enfrentando uma ofensiva da repressão, esse protesto estava condenado ao fracasso.

Lembro-me do dia: dez de novembro de 1975. Os que, nessa data, iniciaram o movimento junto com Nelson foram desistindo, mas ele, não. Uma semana depois, Sérgio Aché aderiu, em solidariedade, tendo sido acompanhado por Carlos Alberto Mesquita, recém-chegado do Fundão da Ilha Grande. Espalhados, os outros integrantes do nosso coletivo não aderiram. A administração não escondeu seu objetivo: impediu que os grevistas recebessem açúcar e sal, para minar suas forças o mais rapidamente possível.

Quando Nelson completou 35 dias sem se alimentar, contraiu uma gripe, seguida de febre incessante. Só então recebeu a visita de um médico, que receitou ampolas de Longacilin e um xarope. Em vão. Pouco depois, recebi um bilhete do Mesquita: “Nelson está morrendo. O que a gente faz?”. Pelo mensageiro, pedi ao companheiro, em nome de todos e pelo amor de Deus, que acabasse a greve: sua morte era uma vitória do sistema. Nunca tive retorno.

Nelson continuou piorando. Uma semana depois, em pleno verão carioca, os três grevistas foram embarcados num coração-de-mãe e conduzidos para tirar radiografia dos pulmões no hospital do sistema penitenciário. Nada receberam, nem mesmo água. É Mesquita quem conta:

> *Nessa mesma noite, com 43 dias de greve de fome, Nelson começou a delirar. Eu e Aché cobramos, como sempre, a presença do médico, mas os guardas disseram que não havia nenhum de plantão. Fraco, cadavérico, nosso camarada de tantas lutas ia perdendo a vida pouco a pouco sob as nossas vistas. Dois dias depois, teve uma parada cardíaca. Bati nas grades enquanto Aché fazia respiração boca-a-boca. Algum tempo depois invertemos os papéis, até que Nelson recobrou os sentidos. Mas a situação não mudou. Nenhuma providência. Na manhã de 28 de dezembro, precisamente às 8h 40min, o coração do companheiro, de 29 anos, voltou a falhar. Repetimos a operação, mas dessa vez foi em vão. Depois de 48 dias sem alimentos, Nelson morreu, de olhos abertos, abraçado conosco.*

Foi uma perda irreparável. Até hoje me lembro da fina ironia de Nelson.

— No Brasil só tem gente esperta. Quando eu sair desta, vou pro Senegal. Vou ser rei do Senegal.

Não pôde realizar sua fantasia. Tornou-se, ao que se saiba, o primeiro homem a morrer em greve de fome no Brasil, na defesa de seus direitos e dos direitos dos demais prisioneiros. Seu pai, o guarda Santos, exercia então a função de chefe de disciplina do presídio onde tudo ocorreu.

No ano seguinte, Sérgio Túlio Aché, vinte e poucos anos de idade, companheiro e testemunha da morte de Nelson, foi cercado em uma tentativa frustrada de fuga. Percebendo que não sairia vivo, matou um guarda e se suicidou.

— Desta vez não vai ser um a zero. Vai ser um a um.

Foram suas últimas palavras, que muitos, na hora, não entenderam.

Persistência

(com a colaboração de Elcio de Souza, na surda da prisão)

Não adianta não
Que eu não vou chorar
Eu não, eu não
Que eu não vou morrer,
pra quê?

Tenho muito que viver
pra dizer um sim ou não
e fazer o que eu quero
em louvor ao meu irmão
Nem tampouco me render
e deixar amor de lado
por capricho de você
e depois andar no mundo
sem coragem de viver

Tenho muito que viver
pra dizer um sim ou não
e fazer o que eu quero
com amor pra ter razão

Logo após a morte de Nelson, fui colocado sozinho numa cela grande da galeria B. O pensamento era o mesmo: fugir. Preso experiente analisa com vagar cada cela por onde passa. Pode haver recado nas paredes, esconderijo no colchão, fundo falso em algum lugar. Aproveitar minúcias e insignificâncias é uma das regras da cadeia, onde não há fartura e facilidades. De cada canto pode sair uma história oculta ou uma nova ideia.

Desta vez, o que me chamou a atenção foi uma abertura gradeada, na parte de cima à esquerda, por onde entravam ar e luz. Dali, com acrobacias e um pouco de sorte, poderia alcançar a rua: Água Santa não tem muros externos nem guardas nos telhados. Porém, como conseguir uma serra?

Não era impossível: sabia de um preso que guardava consigo dois pedaços, esperando a oportunidade adequada. Como chegar até ele? O único veículo era o encarregado da cantina, que de vez em quando passava de cela em cela vendendo coisas num tabuleiro. Apesar de preso como nós, era de total confiança dos guardas. Seria preciso enganá-lo.

Resolvi arriscar. Eu tinha um pouco de dinheiro, enviado pelos companheiros da Ilha Grande. Comprei duas pastas de dentes e, com muito cuidado, abri uma delas pelo fundo, colocando ali um bilhete, devidamente embrulhado em um pedaço de plástico. Fechei da melhor maneira possível. Coloquei essa pasta num saco, junto com um pacote de biscoito e um sabonete e escrevi outro bilhete, dirigido ao dono das serras:

“Caro amigo e irmão, saúde. Segue esta pequena cobertura: pasta, sabonete e biscoito. No mais, vai-se indo, sempre com esperança de ver o dia nascer. Tudo de bom para você. Muita saúde e fé. Aguardo resposta. Do amigo de sempre, William.”

Pela regra da cadeia, o preso safado não podia recusar-se a levar a cobertura para meu amigo, mas, certamente, pediria permissão ao guarda. A aposta estava feita. Agora, o destinatário precisava entender o congo, achar o verdadeiro bilhete e imaginar uma maneira de me enviar o instrumento.

Não demorou. Macaco velho, logo percebeu que a encomenda não era inocente e deu o retorno. Colocou o pedaço de serra dentro de um sabão, sem deixar vestígio. Depois, comprou dois pedaços do cantineiro safado e, sem que este percebesse, trocou um pelo outro, pedindo em seguida que me fosse entregue como retribuição. Nem bilhete para simplificar.

O alcaguete serviu de avião sem saber. Como eu estava isolado e sem visita, não havia porque revistarem minha cela. Para chegar perto do teto, precisava ainda de um carretel de linha dez e algum peso — por exemplo, uma pilha — para fazer uma marimba, com a qual puxaria uma corda feita de lençóis, meu ponto de apoio para subir. Velas seriam úteis para lubrificar a grade durante o trabalho.

Na cantina tinha tudo. Trabalhando apenas nas horas de menor vigilância, em poucos dias daria conta do recado. Aprendi uma maneira de tecer, com lençóis, laços fáceis de desfazer. Devidamente presos, formavam um pequeno balanço que tornava mais cômodo o trabalho lá em cima. Quando desmontava o aparato, apenas o fio de linha ficava pendurado num canto, pois no primeiro dia fora muito difícil atirar a marimba de modo que passasse pelo ponto desejado das grades.

Terceiro dia, trabalho quase acabado. Cheiro de liberdade no ar. Fugir de cadeia, no entanto, tem um problema: todas as probabilidades estão contra você. Por isso, além de tudo dar certo, é preciso boa dose de sorte. Foi o que me faltou dessa vez. Como poderia adivinhar que um guarda subiria no telhado do presídio para apanhar uma maldita pipa desgarrada? Por que tudo aconteceu justamente numa hora em que minha sombra se projetava um pouco para fora da cela? Haverá destino?

Não sei. Lembro-me apenas do que dizia Nelson Rodrigues: sem sorte, você não consegue nem chupar picolé. Imaginem fugir de Água Santa...

Quando percebi a inusitada aproximação do guarda, larguei o balancinho e despenquei pela corda, agarrado nela com as coxas, que ficaram em carne viva. Para completar, torci o tornozelo ao chegar ao chão. Puta que pariu. Minutos depois, minha cela estava ocupada por mais de vinte homens. Velho ritual, tantas vezes vivido: ficar nu em um canto, ver tudo revirado, ouvir palavrões, receber bofetões.

— Perdeste, malandro. Agora eu quero a serra.

Nem precisei entregá-la: estava quase à vista.

— Como foi que a recebeste?

Eu sabia que essa pergunta viria.

— Vais falar a qualquer preço.

Mantive o sangue frio. Situações de tudo ou nada são comuns na cadeia.

— Você sabe qual foi o preço: foi quanto te paguei. Aliás, não é a primeira vez: você está respondendo a um processo por introduzir uma arma na Milton Dias Moreira. Agora, vai responder a mais um.

O inspetor gelou. Eu estava dizendo uma mentira e uma verdade: já contei como a serra entrou, mas o tal processo realmente existia. Lembrá-lo diante dos colegas — aliás, tão corruptos quanto ele — era uma forma de desmoralizar o interrogatório e colocá-lo na defensiva. O

efeito foi bom. Numa fração de segundo, antes de ele se refazer, busquei a mediação necessária:

— Topo qualquer parada, não tenho nada a perder. Quanto mais você me bater, mais vou te denunciar. Mas eu não estava prejudicando ninguém, estava apenas lutando pela minha liberdade...

— Escuta, malandro: não é difícil me livrar de você. É só te dar um tiro, colocar uma arma em sua mão e dizer que atirou primeiro, tentando essa fuga. Até sua mãe acredita...

Era verdade. Mas os ânimos esfriaram e fui colocado na surda, onde já havia passado quarenta dias. O corpo doía, as coxas ardiam, o tornozelo inchara. No dia seguinte, chegou companhia: meu velho amigo Alkmin, também enquadrado na Lei de Segurança por causa do assalto a um banco. Não estava em melhores condições do que eu. Tendo descido da Ilha para ir a juízo, também tentara a fuga, atirando-se pela janela do segundo andar do local de audiências. Caíra na rua, dera alguns passos e desmaiara, acordando no hospital, igualmente estropiado.

Nossa amizade vinha do Fundão da Ilha Grande, onde líamos muito, estudávamos de tudo um pouco, fazendo planos para o futuro. Agora, estávamos os dois ali, gemendo, doloridos e inchados, completamente sem roupa, numa cela subterrânea sem ventilação e sem vaso sanitário... Vivos por pura teimosia.

Tivemos um pouco de sorte. A morte de Nelson atraíra a atenção de autoridades para Água Santa. A Justiça enviou uma comissão, chefiada por uma juíza, para inspecionar o presídio. A administração fez todo tipo de

manobra diversionista, para ganhar tempo, enquanto mandava lavar nossa cela com creolina. Recebemos calções. Mesmo assim, quando a porta se abriu, a pobre mulher não pôde conter seu espanto. Vivia no mundo das petições, dos embargos, dos mandados. Trabalhava com papel, em um ambiente onde ainda se pede vênia — *maxima venia* — por qualquer dá-cá-uma-palha. Fora educada para ver a justiça como expressão de um saber humanista e racional, digno de orgulho. Certamente acreditava no papel corretivo das penas...

Agora estava ali, vendo o que se fazia sob a sagrada proteção da Lei. Não havíamos sido condenados à morte, mas perdêramos o direito à vida, cumprindo uma pena determinada por tribunais informais. Nesse dia, ela deve ter aprendido que nossa condenação apenas começa na Justiça: passa pela burocracia, vai aos diretores, envolve diversos chefes e chega aos guardas menos importantes. Por essas delegações sucessivas, o puro arbítrio, expulso dos tribunais, se reincorpora à pena, que obedece também a uma lei verbal, caprichosa, mutante, aberta aos desejos de aniquilação, tão fortes na sociedade que a todos envolve. A privação da liberdade é só o começo do que se assiste depois.

Ao que parece, Alkmin e eu fomos os últimos internos naquelas surdas de Água Santa, em seguida desativadas por ordem da Justiça (terá sido cumprida?). No mesmo dia fomos ao médico e, em seguida, nos transferiram para a Milton Dias Moreira, onde permanecemos isolados no último andar do último pavilhão, que estava desativado havia mais de um ano por pressões da Ordem dos Advogados do Brasil. Tinha características estruturais de uma surda, mas o tratamento era outro: recebemos roupa, colchão, material de higiene e uma comida melhor.

Ocupamos celas diferentes, mas conseguíamos conversar. Música, política, cadeia, liberdade, família — os temas de sempre. Lembro-me do meu companheiro:

— Aqui, meu compadre, de fome a gente não morre. Mas, de solidão, não sei não...

De vez em quando, avisávamos à galeria:

— Alô, alô. Alkmin e William estão aqui!

Nada. Estávamos sozinhos naquele andar da cadeia, eternamente iluminado, conforme mandava o regulamento. Para quem conhecia outras prisões era engraçado, pois comumente não se podia ter luz nas celas depois das 22h. Era o regulamento. Confirmava-se uma velha impressão: menos do que regular o funcionamento das coisas, os regulamentos regulam o mundo dos homens, reafirmando relações de poder. Por isso, muitas vezes o que nos revolta não é a disciplina imposta, mas a estupidez manifesta.

Não importa que as regras sejam irracionais, desde que sejam cumpridas, pelo menos na aparência. Sim, na aparência. Pois a vida na prisão acaba por ser regulada, de forma mais efetiva, por mil e uma estratégias, em que a astúcia de presos e guardas desempenha o papel central. Abundam disposições feitas sob medida para serem burladas. A proibição de contato entre celas e galerias é uma delas. Nada atiça mais a necessidade de fazer tal contato, e sempre se descobre um jeito. Afinal, os presos têm 24 horas por dia para pensar nesse tipo de assunto. Não me pergunte de que forma — acho que ninguém sabe com certeza —, mas o fato é que notícias e coisas circulam nas cadeias mais amarradas. Pelos

faxinas, pelas visitas, pelos guardas e, principalmente, pelas teresas!

Alguma vez na história do sistema, uma Teresa de carne-e-osso terá sido portadora de uma mensagem importante, dando início a essa infinita linhagem de teresas, sempre recriadas, que ajudam os presos nas horas difíceis? Não sei. Mas o nome ficou. Teresa não é uma pessoa nem propriamente uma coisa. É um modo de agir, um veículo abstrato que pode assumir as mais diversas formas; é uma intenção de comunicar-se, acoplada a um suporte material variável.

Uma marimba, por exemplo, pode ser uma teresa: lançada de janela em janela, por fora do prédio, é capaz de percorrer diversas galerias, levando até o previsto destino, objetos mais diversos. Bem entendido: neste caso, joga-se apenas o peso (uma pedra, uma pilha) amarrado na linha. Inúmeras tentativas podem ser necessárias para que ele chegue até as mãos do companheiro que puxará então a preciosa carga — um pedaço de pão, um bilhete, um calção, qualquer coisa. Até, em certos casos, um cobertor. Está feita a teresa.

Os presos já haviam descoberto a melhor teresa da surda da Milton Dias Moreira. Ali, a porta era inteiriça, de aço, mas tinha pequenos buracos para a ventilação.Via-se, por eles, o corredor e, do outro lado, as janelas com grades. Enrolavam-se cuidadosamente várias folhas de jornal, de modo que tomassem a forma de um longo e fino pirulito, como uma troncha vara de pescar. Conseguia-se linha — de preferência, preta e forte — e um pequeno peso. Enfiava-se o pirulito por um buraco da porta, estrategicamente escolhido, fazendo com que sua ponta atingisse a grade exterior, depois do corredor, levando até lá o pequeno peso, que se liberava depois de

algumas sacudidas e caía, puxado pela gravidade, em direção à janela do andar de baixo.

Parece fácil, mas não era. Sujeita a todo tipo de erro de cálculo, acidente de percurso, falha no material e azares, uma operação dessas podia exigir dezenas de tentativas e algumas horas de atenção. Tempo, no entanto, não é fator escasso para quem está numa surda, e paciência a necessidade cria.

Quando, finalmente, o peso se desprendia na correta posição, batidas no chão da cela avisavam aos companheiros do andar de baixo que a teresa estava a caminho: atrás do peso, amarrada na linha, seguia finalmente a mensagem desejada. A outra ponta do fio permanecia conosco. Aguardavam-se as batidas de baixo, para puxar de volta a teresa, geralmente com alguma resposta.

Por um desses estratagemas, conseguimos avisar ao presídio quem éramos nós. Quatro dias depois, o resultado. Um inspetor boa gente trouxe um tesouro: remédios, vitaminas, cigarros, biscoitos, doces, material de higiene e livros. Era presente dos presos políticos que ocupavam o pavilhão isolado nos fundos do presídio. Agradecemos emocionados. Não estávamos sozinhos no mundo.

Houve melhorias gradativas: fomos ao médico, tivemos contato direto com o pessoal do convívio, mandamos uma mensagem para nossas famílias e, numa manobra esperta, conseguimos um baseado que garantiu uma noite de sono profundo, cheio de sonhos. As coisas tinham mesmo melhorado...

Continuávamos, no entanto, objetos de decisões alheias: vinte dias depois, fomos subitamente embarcados de volta para a Água Santa, a caminho da Ilha Grande, onde reencontramos a maioria dos antigos companheiros do Fundão.

Prontuário 40.984

Não existe consolo para a sua ausência
minh'alma se bate no silêncio sepulcral
da noite na prisão
Meu corpo está preso,
o pensamento divaga, frustra-se
E meu nome nesse inferno
é um número: 40.984

Quando um homem perde a liberdade
se vai com ela o direito de viver

Você está distante,
o pensamento divaga,
e não existe consolo para
ausência
Quando o corpo e alma
reclamam uma presença
amiga
quando exige:
liberdade, amor e paz

Conforme prevíramos, nos misturamos pacificamente na massa, que nutria grande respeito por nosso exemplo de luta. Existia incompatibilidade apenas com as quadrilhas que agiam dentro dos presídios. Entre elas, destacava-se a do Jacaré. Mantivemos o velho pacto de não permitir assaltos e violências que, estimulados pelo sistema, só serviam para desmoralizar e desunir os presos.

Era um inferno: você punha uma roupa para secar e ela sumia, enviava encomendas e não chegavam, e assim por diante. A cantina principal estava nas mãos dos próprios guardas. Havia um pequeno negócio sob controle direto dos quadrilheiros que, a bem da verdade, não nos atacavam diretamente. Por isso, e para não fazer o jogo do inimigo, evitamos o confronto, que só tornaria nosso trabalho mais vulnerável à ação repressiva. Vamos deixar eles se destruírem, depois a gente acerta as contas, pensamos.

Nossa influência logo cresceu, mas os cuidados que tomamos foram interpretados como fraqueza, e os abusos aumentaram, chegando muito perto de nós. Lembram-se do Heleno, que tentara fugir comigo do Hélio Gomes? Pois é, sujeito de valor, tinha uma história de conduta séria: vivia furando parede, arrumando jeito de ir embora. Conseguira uns trocados com a venda de um acordeão, e isso fora suficiente para despertar a cobiça daqueles bandidos. Se assaltaram o Heleno — refletimos — pela ordem natural das coisas seríamos nós os seguintes.

O confronto passou a ser inevitável. Para evitá-lo mais uma vez, organizamos uma fuga, incluindo nela dois quadrilheiros influentes. Pior a emenda que o soneto: denunciaram o plano, e nosso pessoal foi surpreendido com a mão na massa. Era, de novo, a guerra, precedida por cerca de 15 dias de preparações e polêmicas.

Para se justificar e mostrar força, as quadrilhas mataram um pequeno delator como bode expiatório, mas já não havia conciliação possível. No dia marcado, com amplo apoio da coletividade, morreram de uma vez seis conhecidos quadrilheiros, os piores entre aqueles que mantinham o terror. Trinta deles se renderam,

prometendo mudar de comportamento, e vinte pediram seguro de vida, sendo transferidos para Água Santa.

A repercussão foi enorme em todo o sistema. Em pouco tempo, as regras do antigo Fundão foram sendo adotadas nas cadeias: morte para quem assaltar ou estuprar companheiro; incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua; violência apenas para tentar fugir; luta permanente contra a repressão e os abusos.

As prisões ficaram mais calmas. Concentrando energias, começamos a procurar os caminhos de fuga que, na Ilha, não dependem apenas de ultrapassar muro e grades. A natureza é o maior obstáculo. Não era constatação completamente nova para quem lera Euclides da Cunha: as tropas enviadas a Canudos se perdiam no sertão. Se não nos perdêssemos na mata, teríamos pela frente o mar aberto. Seria possível transpô-lo? Tentaríamos, movidos pelo mesmo sentimento de busca e liberdade que fez os primitivos se lançarem à linha do horizonte em toscas embarcações. Navegar é preciso, viver não é preciso.

O primeiro foi Caô-Caô. Com seu jeito de matuto manhoso, conseguiu permissão para caçar caranguejos, destinando aos guardas parte da produção. Era o que precisava para descobrir uma maneira de sair da ilha, levando consigo sete companheiros. Depois deles foi a vez de Ubiratan Gonçalves da Costa, o Bira Russo, menos sutil, mas incrivelmente persistente. Fez três tentativas quase seguidas. Aproveitando-se de um serviço extramuros, o Bira e um companheiro caminharam até a ponta mais próxima do continente e se lançaram ao mar em duas bóias de pneu que mal deslizavam n’água, de tão vazias. Haviam sido enchidas à base do sopro.

Os próprios braços serviram de remo, mas não aguentaram o serviço, cada vez mais difícil diante da força do mar. Deixaram-se ficar à deriva durante dez horas, meio mortos de cansaço, de frio e de medo, torcendo para serem descobertos, mesmo que pela polícia. Quando estavam perdendo as esperanças, foram resgatados pela lancha que levava familiares de presos para uma visita de rotina. Retornaram à vida e à prisão.

Quatro meses de isolamento foi o castigo, agravado pela perda da oportunidade de fazer qualquer trabalho extramuros. Nessa situação, convenceram dois outros presos de que a saída era cavar um túnel, mas mais uma vez o plano foi descoberto. Os quatro saíram do buraco para novo período na surda, onde pensaram em outra maneira.

Fabricaram mochilas com pano de calça, armazenaram pedaços de carne-seca e de doce e improvisaram duas facas. No dia D, na hora H, arrombaram uma parede, saíram da galeria, alcançaram o pátio e, utilizando uma cama como escada, pularam o muro, sob fogo da guarda. A duras penas conseguiram penetrar na mata.

Começou o jogo de esconde-esconde. Apagando rastros, racionando o parco alimento disponível, os quatro ficaram uma semana na ilha, sempre se deslocando. Evitaram cuidadosamente os locais onde se encontra coco ou banana, pois sabiam que ali se concentrariam os mateiros da polícia. Finalmente, furtaram uma canoa pequena e se lançaram de novo ao mar, sem escolher hora e local. As ondas estavam altas, a maré puxava para dentro. No meio do temporal os remadores perderam o rumo, até reconhecerem que se aproximavam da Vila do Abraão, um dos locais mais controlados de toda a ilha. Foi enorme, mas bem-

sucedido, o esforço para se afastarem dali. Mais um dia no mar, sem rumo certo. Avistaram, enfim, um iate ancorado. Transformados em piratas, fizeram a abordagem e atravessaram para o continente.

Tinham ainda que enfrentar a Rio-Santos, a essa altura vigiada. Foram a pé, ao longo da estrada, porém por dentro do mato. Maltrapilhos, furados de espinhos, cortados de cipós, atingiram a Zona Oeste da cidade do Rio, onde descansaram algumas horas na casa de um amigo. Estavam livres e haviam jurado nunca mais voltar à cadeia.

Nós, que ficamos, prosseguimos o trabalho de organização. Encampamos a cantina, até então mantida pelos quadrilheiros, e criamos uma cooperativa para ajudar os que fossem para o castigo ou estivessem em pior situação: cigarros, selos, envelopes, papel, sabonete, pasta de dentes e alimentos eram prioritariamente destinados a eles, como forma de apaziguar a cadeia. Ninguém podia mais justificar um roubo dizendo que era caído: a cooperativa era pobre, mas garantia o essencial. Os que trabalhavam fora dos muros passaram a trazer frutas. A iniciativa cresceu. Fora as quadrilhas, não mexemos com o negócio de ninguém, de modo que todos podiam fazer seu próprio pequeno comércio. Só não se podia mais assaltar, matar, estuprar. Nem, é claro, alcaguetar.

Nesse período, Baianinho foi um grande organizador da massa. Experiente, com quase cinquenta anos de idade, fizera de tudo na vida, desde o começo como capitão-de-areia em Salvador. De profissão, era batedor de carteiras. Empolgado com assaltos a bancos, metera-se num e não se dera bem, indo parar no Fundão.

Uma espécie de orgulho profissional o fazia enfatizar esse detalhe: saíra de sua arma — sua especialidade —, eis o seu erro. Treinava todos os dias para manter a mão leve, fazendo no ar, com rapidez, os gestos necessários para enfiar dois dedos no bolso de alguém. Seu segundo esporte favorito era o futebol. Organizou e dirigiu a Liga de Esportes e se tornou muito popular entre os presos mais jovens, que o chamavam, respeitosamente, de seu Bahia.

Nanai, por sua vez, foi trabalhar comigo na cozinha da cooperativa. Era filho de um pastor evangélico e cozinheiro de mão cheia, mestre dos bolinhos de carne e das massas com molho. Ensinou-me logo os segredos do bom nhoque. Era impossível conviver com ele, mesmo em horas difíceis, sem rir. Preto, magro e um pouco alto, tinha uma fantástica habilidade em lidar com o povo; ganhava logo a estima geral, aliciando as pessoas com sua conversa engraçada.

Nunca deixou de pregar a Bíblia, mas fazia isso com um sentido de revolução social. Pessoa simples, não dava valor às coisas materiais, nem gostava de ostentação. No convívio, mostrou ser utilíssimo: criou um grupo evangélico que se tornou muito forte na Ilha, fez um trabalho de cela em cela e congregou forças em torno de nós.

Com o fim da guerra de quadrilhas, a massa se descontraiu e começou a haver um clima de trabalho, impondo mais respeito aos carcereiros, agora temerosos de reações coletivas. Não se pode falar em tomada geral de consciência política, mas houve organização, ajuda mútua, respeito pelos direitos humanos. Pudemos então permanecer concentrados em nosso ideal: ir embora.

Comunicação em maio

(À minha mãe)

Olhe nos meus olhos
e sinta que entendi como você luta
Mãe operária n'uma fábrica do Rio
Mãe camponesa e guerreira no Vietnã
Mãe pobre num recanto de Recife

Talvez você não compreenda
as minhas abruptas decisões
a minha teimosia constante
os germes dos proscritos
fervilhando inconformada
em minh'alma

Mas você sente a sinceridade
da paixão ardendo em meu peito
conduzindo-me à vontade de destruir
as distâncias humanas
em prol de um mundo mais feliz

Aproveitando a praxe da visitação aberta anual, recebemos muita gente no Natal de 1979. Estávamos com a bola cheia. Veio o inesperado: diante de uma forte tempestade, tivemos que alojar os visitantes — famílias, crianças, moças, conhecidos — nas nossas próprias celas e na sede da cooperativa, onde dormiram com tranqüilidade, sem maiores preocupações.

Foi um acontecimento histórico na Ilha. Caiu a lenda de que ali viviam bichos ferozes, prontos para atacar. A massa carcerária comentava que nunca acontecera nada igual e estava orgulhosa de mostrar sua hospitalidade. A

cooperativa funcionou a todo vapor: fizemos uma grande macarronada para os adultos e mingau para as crianças, usando os panelões do presídio. Assim, para a coletividade, 1979 acabou bem.

Para mim, 1980 começou melhor. Fugi. Quase sem querer. Saí, em janeiro, para trabalhar fora dos muros e soube que um amigo de um companheiro aportaria numa praia para levá-lo embora. Em barco de fugitivo, assim como em camburão de polícia, sempre cabe mais um. Desembarquei em Itaguaí de calção e sandália havaiana, sem camisa, com uns trocados no bolso. Sorria: depois de planos mirabolantes e fracassados, estava eu ali, na rua, seminu, por uma simples questão de ocasião, de chance, sem ter feito força. Que fazer?

A gente sempre se vira. Cheguei, a pé, a uma casa amiga e dali o resto foi fácil. Logo contatei companheiros foragidos — primeiro Celso Montenegro e Bororó, depois Bira Russo — e fomos assaltar um banco. Era preciso criar novas condições para ganhar a vida.

Lembro-me de Riobaldo, jagunço dos Gerais: “viver é muito perigoso”. Viver foragido é mais perigoso ainda. É preciso permanente atenção para farejar a presença da polícia, lutar pela vida e não ser instrumento dos outros: há os oportunistas, no crime e mesmo na política, que estendem uma das mãos e, com a outra, cobram a a realização de certos trabalhos sujos; há a imprensa, eterna criadora e destruidora de mitos; há, ainda, o próprio sistema repressivo, que escolhe a bola-da-vez e passa a perseguir sua desgraça.

De volta à rua depois de longos anos de sofrimento, eu e alguns companheiros sentimos necessidade de ajudar quem havia ficado na cadeia. Mais uma vez, um gesto

normal de solidariedade não tardou a ser apresentado à opinião pública de forma distorcida: segundo os jornais, formara-se um pacto, pelo qual se destinavam 10% dos assaltos para o financiamento de fugas. Não era essa a única fantasia: falava-se em guerra na Ilha Grande para obter o controle do jogo e do tráfico dentro dos presídios. Ora, todos sabem que comércio algum pode gerar grandes lucros abastecendo uma freguesia miserável. Por que correr riscos imensos, traficando produtos ilegais para dentro das cadeias, se o poder aquisitivo da massa é tão baixo? Alguma droga que entra é agrado, e não comércio atacadista. Nem vale a pena morrer por isso.

Nunca houve tal guerra, nem tal tipo de pacto, nem a anunciada falange, sua patrocinadora. O que se fez foi completamente espontâneo. A ajuda recebida na cadeia nunca ultrapassou aquele mínimo necessário para diminuir a miséria. Infelizmente, nunca contamos com montanhas de dinheiro para financiar fugas. Aliás, é bom lembrar que assaltar bancos é menos rendoso do que se diz, pois os montantes divulgados são sempre maiores do que os reais. Quem mais rouba, não sei. Os bancários talvez roubem do banco. Ou — quem sabe? — o banco rouba do fisco ou do seguro tudo o que perde para nós. Os riscos é que são todos nossos, coadjuvantes na indústria do crime.

Na prisão, falange quer dizer um grupo de presos organizados em torno de qualquer interesse comum. Daí o apelido de Falange da LSN, logo transformada pela imprensa em Comando Vermelho. Que eu saiba, essa denominação apareceu pela primeira vez num relatório de fins de 1979, dirigido ao Desipe pelo capitão PM Nelson Bastos Salmon, então diretor do presídio da Ilha Grande:

Após os assassinatos de setembro de 1979, quando foi quase totalmente exterminada a Falange do Jacaré, a Falange da LSN ou Comando Vermelho passou a imperar no presídio da Ilha Grande e a comandar o crime organizado intramuros em todo o sistema penitenciário do Rio. Com isso, as outras falanges ficaram oprimidas, passando a acatar as ordens da LSN, sob pena de morte.

Estava aberta a temporada de caça contra nós, completamente demonizados. As palavras não são inocentes: éramos um comando, o que em linguagem militar denomina o centro ativo, cuja destruição paralisa o inimigo; como se isso não bastasse, éramos também vermelhos, adjetivo que desperta velhos e mortais reflexos em policiais e militares. Coincidência ou não, vivera-se o ocaso da guerrilha urbana, fenômeno que deixara na orfandade um aparato repressivo ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade.

O que eles chamavam de Comando Vermelho não poderia ser destruído facilmente: não era uma organização, mas, antes de tudo, um comportamento, uma forma de sobreviver na adversidade. O que nos mantinha vivos e unidos não era nem uma hierarquia, nem uma estrutura material, mas sim a afetividade que desenvolvemos uns com os outros nos períodos mais duros das nossas vidas. Como fazer nossos carcereiros (ou mesmo a sociedade) acreditarem nisso?

Não tardou chegar mais lenha à fogueira. Nanai, Roberto da Silva e Saldanha (Zé Bigode para a imprensa) fugiram da Ilha em agosto de 1980, pondo em prática um plano lentamente amadurecido. Tinham algumas economias, com as quais compraram uma balsa, na qual normalmente caberiam duas pessoas. Iniciaram a travessia à noite. Filho de pescadores, Roberto conhecia profundamente o mar da região. Saldanha era capaz de dar umas braçadas. Nanai, no entanto, era um prego. Foi quem mais sofreu no mar bravo. No meio do caminho, o pequeno motor parou de funcionar, mas eles haviam levado dois remos improvisados.

Chegaram ao continente antes do dia raiar. Enterraram o barco, para evitar que o local exato do desembarque fosse logo encontrado pela Polícia, trocaram de roupa e, por dentro do mato, iniciaram a caminhada em direção ao Rio de janeiro. Pouco depois, avistaram um automóvel estacionado em frente a uma casa, mas deram azar: rendidos os donos, ficou claro que o carro não funcionava. Informaram-se de que às 7h passaria o ônibus, e a dona da casa se propôs a fazer sinal para que parasse. Graças a esse expediente, os fugitivos puderam desembarcar em Rocha Miranda, no Rio, às 9h 30min, salvos da perseguição.

Dois dias depois, nos encontramos. Os quatro e o Russo formamos, enfim, o grupo que pretendíamos há tempos: todos com os mesmos propósitos, as mesmas ideias e a mesma disposição de luta. Iríamos assaltar um banco para equilibrar as finanças. Na segunda oportunidade, o ganho foi maior, e logo surgiu a ideia de ajudar de alguma maneira nossos antigos companheiros do Fundão. Compramos então uma lancha, batizada de Jupira, nome que na prisão quer dizer de todo mundo.

Começamos a nos instalar em favelas, por questão de segurança. Respeitávamos a coletividade e éramos bem-vindos. A imprensa atribuía a nós — Comando Vermelho — todos os assaltos a bancos, e logo o nome caiu em uso comum. Qualquer policial oportunista dizia ter prendido integrantes do tal comando, mesmo que fossem pessoas sem nenhuma vinculação conosco. Quem era preso, por sua vez, em geral confirmava a farsa, fosse por pressão da polícia, fosse por acreditar que isso lhes garantiria maior proteção nas cadeias. Ao largo de tudo isso, a imprensa vendia jornais.

Como disse, assalto a banco não tem tanta compensação quanto se pensa. Exige muita gente, e as quantias normalmente arrecadadas não são tão grandes assim. Por outro lado, se o golpe é bom, ou se fica clara a existência de uma quadrilha especializada, vem uma repressão doida atrás. Todos ficam muito procurados, começa a roda-viva: consegue-se, com riscos, algum dinheiro, mas não se tem estrutura para sustentar a situação. Os gastos aumentam muito.

Para mim, durou dez meses essa nova fase de liberdade. Bobeei: fui ao Centro da cidade fazer um levantamento e, reconhecido na rua, acabei de volta a Água Santa. Mas estava vivo. Podia fugir novamente.

Os companheiros mantiveram os planos. Com Roberto de piloto, o primeiro resgate começou bem e acabou mal. A fuga da Ilha deu certo, mas não demorou para que a lancha fosse localizada por um helicóptero, que passou a orientar a perseguição. Roberto foi preso na praia, e o mesmo ocorreu adiante com um dos fugitivos. Outros seguiram viagem. Na frente, num Maverick, iam Bira Russo, Saldanha, Baianinho e Paulo César. Mais atrás,

num fusca preto, Nanai, Manoel Mariano (Barbudo) e outro companheiro.

Ainda no volante, na estrada que liga Pedra de Guaratiba a Campo Grande, Nanai foi atingido e morreu. Barbudo foi resgatado pelos demais, que conseguiram fugir.

O jornal *O Dia* não perdeu a oportunidade de apresentar Nanai como “o primeiro organizador do Comando Vermelho”. Sua morte foi um baque para a coletividade carcerária, que o respeitava. Simples e prático, era uma pessoa com grande iniciativa, que acreditava nas coisas que fazia. Pregava e praticava a solidariedade. Mas nada disso se vê: preso desfruta a desgraça de sempre ser rotulado.

Continuava aberta a temporada de caça, que logo nos traria mais duas baixas.

Vidas desperdiçadas

Aprendiz daquilo que não quis
é assim como me sinto
neste turbilhão de torturas
violências e injustiças
nas quais somos transformados
queiramos ou não
em autores, co-autores,
ou mesmo vítimas,
dependendo da posição ou condição
em que se estiver

Como muitos, continuo, há décadas,
amargurando a vida
no fundo das masmorras,
que há séculos a sociedade
conserva severamente

Aprendendo nada
a não ser estratégias
mirabolantes para ficar ileso
das mil armadilhas
e me livrar dos estigmas
e correntes,
com vida e amor no coração
Tarefa difícil, mas não impossível

Depois da operação que custou a vida de Nanai, Saldanha tornou- se o homem mais procurado pela polícia carioca: este antigo guarda de segurança era agora o principal líder foragido do chamado Comando Vermelho. Começou a ser localizado por acaso, a partir de algumas prisões efetuadas no morro do Adeus, em

Bonsucesso, na segunda quinzena de março de 1981, por agentes do serviço secreto do Batalhão de Polícia de Atividades Especiais.

O boato logo começou a circular, levando mais de cem pessoas — jornalistas, policiais, curiosos — a cercar o camburão que no dia 30 de março estacionou em frente ao prédio da Secretaria de Segurança. Lá dentro, dizia-se, estavam diversos integrantes do famigerado comando. Não era verdade. Mas, havendo fumaça, havia fogo.

Os presos foram mantidos em completo isolamento e Deus sabe como foram interrogados. Graças às informações obtidas, a polícia chegou a uma casa em Realengo, de onde conseguiram fugir, sob intensa fuzilaria, Baianinho e o próprio Zé Saldanha, deixando para trás quatro revólveres, cinco escopetas, uma Winchester 44, três granadas de mão, centenas de cartuchos e três automóveis. Mais importante: lá ficou o livro de contabilidade que registrava as entradas e saídas de dinheiro do grupo.

Na sequência, todas as casas, tendinhas, biroscas e becos do morro do Adeus foram vasculhados de alto a baixo por trezentos policiais, com parcos resultados: três suspeitos, alguns papelotes de cocaína e apenas duas armas foram encontrados, sem relação com o chamado comando. Não tardou, porém, a surgir nova pista: o apartamento n° 302 do lote 144, bloco 7, do Conjunto dos Bancários, situado na rua Antinópolis, n° 313, na praia da Bandeira, Ilha do Governador. Para lá rumaram, em 3 de abril, os integrantes do chamado Clube do Guri — policiais com aspecto de garotões — para fazer o levantamento, tendo em vista uma possível invasão do local na mesma noite.

A operação foi precipitada porque Jairo Agostinho da Silva (Macarrão) reconheceu um dos detetives e deu o alarme. Conseguiu escapar, mas seu companheiro — que era nada menos do que o próprio Saldanha — ficou encurralado no apartamento, com as saídas bloqueadas. Seguiram-se intenso tiroteio e chegada de reforços. A estrutura montada para a repressão política estava com muita capacidade ociosa na época, desejosa de encontrar serviço e mostrar-se útil. Só isso explica a desproporção do que se viu.

À meia-noite o Conjunto dos Bancários estava transformado numa praça de guerra, ocupado por quatrocentos policiais e contingentes do Corpo de Bombeiros, equipados com uma parafernália de holofotes, cães, picaretas, cordas e apetrechos afins. Nem na época da guerrilha urbana a cidade vira aparato semelhante. Policiais se espalhavam pelos telhados e parapeitos dos prédios vizinhos; emissoras de rádio e de televisão passaram a transmitir os acontecimentos ao vivo, com a presença itinerante do próprio comandante da Polícia Militar.

Parecia que dois exércitos iriam iniciar uma batalha. Na verdade, era mais ou menos isso. Um deles, porém, compunha-se inicialmente de apenas dois homens: Zé Saldanha e João Damiano Neto. Este último não tardou a ser morto, numa das diversas tentativas de invasão. Restaram, nessa batalha sem glória, quatrocentos homens contra um. Bombas foram lançadas, picaretas abriram buracos em paredes, telhas foram arrancadas — e nada. Aproximava-se das 16h e Saldanha ainda resistia. Para a Polícia, era uma inaceitável desmoralização, diante de rádio e TV.

Às 17h 30min, recorreu-se a bombas incendiárias, mas os bombeiros tiveram que apagar o fogo, que ameaçava consumir todo o prédio e já atingia o local onde jazia o corpo de um policial. O encurralado não se rendia, confirmando sua fama. Veio a noite e mais uma madrugada. No raiar de 4 de abril, entraram em ação as bazucas.

Às 8h 30min, finalmente, caiu morto o Saldanha. Sem se render. Segundo a imprensa, a operação consumira cerca de 150 bombas de gás lacrimogêneo, 15 granadas e quantidade incalculável de munição, que destruiu 12 apartamentos. Vitória ou derrota da repressão?

Esse episódio acirrou os ânimos da Polícia contra os foragidos da Ilha Grande, definitivamente transformados em inimigos públicos número um. Embora preso, eu era do grupo. Fiquei oito meses em Água Santa, tendo como companhia dois antigos companheiros e José Lourival Siqueira Rosa, o Mimoso, também enquadrado na Lei de Segurança, mas não egresso do Fundão.

Ele era uma figura interessante. Participara de mais de vinte assaltos, fora condenado a 398 anos, estivera na cadeia quatro vezes, fugira iguais quatro vezes, mas não gostava de conflito. Ficara famoso na quinta e mais recente prisão, ao ser apresentado à imprensa por um delegado:

— A organização Falange Vermelha nasceu da convivência entre assaltantes e presos políticos, que lhes ensinaram como comandar e funcionar de maneira mais organizada. Mimoso é um dos líderes da Falange, um grupo muito maior. Já prendemos 15, mas faltam uns trinta.

— Não sou líder de coisa nenhuma. Esta organização não existe. É invenção da Polícia e da imprensa.

A especialidade de Mimoso era fugas, baseadas em imaginação, instinto e reflexo. Em 21 de novembro daquele mesmo ano, transferido para a Ilha Grande, conseguiu pular do caminhão do Desipe que o conduzia do porto ao presídio, internando-se nas matas. Na mesma noite, os cerca de vinte presos que estavam no mesmo caminhão foram colocados no isolamento e violentamente torturados. Eu estava entre eles.

Depois de permanecer 21 dias vagando pelas matas da ilha, Mimoso foi recapturado. Recebeu, à queima-roupa, um tiro disparado por um guarda penitenciário e por isso foi transferido para a Lemos de Brito, onde fica o hospital do sistema. Nunca mais o vi, mas conheço seu fim. Tempos depois, fugiu pelo esgoto junto com outros seis presos. Depois de vagar centenas de metros pelos subterrâneos da cidade, o grupo emergiu no bairro da Glória, através de um bueiro, mas foi logo denunciado por um transeunte. Três fugitivos foram recapturados, mas Mimoso não estava entre eles.

Para descobrir o ponto de partida da fuga, a polícia teve de entrar no bueiro e percorrer o caminho contrário, seguindo o fio que servira de guia. Chegaram então, de fora para dentro, num canto do auditório da Lemos de Brito, atrás de uma larga coluna, e puderam constatar que o piso de tacos estava completamente restaurado, de modo a esconder com perfeição a existência de uma tampa, tipo alçapão, muito bem elaborada. Os tacos conservavam, entre si e com os demais, o encaixe natural, como num quebra-cabeças. O buraco sob o piso tinha 40 x 60 cm e uma profundidade de 2 m, atingindo a

galeria de águas pluviais. Descendo, atingia-se um túnel de 1,5 m de diâmetro, por onde se podia caminhar.

Embaixo da tampa — “verdadeira obra de artesanato, confeccionada com ferramentas da carpintaria e da oficina mecânica”, segundo o jornal *O Dia*, foram encontradas cinco ponteiras de aço, marreta e enxada de cabos curtos, picareta sem cabo, máquina manual de furar, pedaços de fios elétricos, um par de luvas de couro, uma vela, uma lanterna rústica (confeccionada com papelão), três latas, sacos plásticos, macadame, panos e algumas mudas de roupas. Um almoxarifado.

Assim, caiu nas mãos da polícia a mais perfeita rota de fuga, que já estava sendo procurada. Diversos presos haviam ‘desaparecido’ daquela penitenciária, sempre em pequenos grupos, sugerindo a existência de uma forma, até então não detectada, de burlar a vigilância. Era coisa de profissional: os presos haviam sondado diversos caminhos subterrâneos e tiveram o cuidado de estender um fio de náilon desde a entrada do buraco até a saída escolhida, de modo a orientar a cega movimentação.

Foi a última fuga do Mimoso. Um ano depois, numa casa que frequentava, caiu numa emboscada:

— Calma, amigos, vamos conversar.

Foi tudo o que disse, antes que os policiais dessem um tiro em sua nuca, seguido de outro, chamado de misericórdia.

Os primeiros anos 1980 marcaram duramente a comunidade carcerária, que perdeu lideranças e ficou desorientada. Por causa do grande número de foragidos, foi desencadeada uma acentuada repressão na Ilha Grande, com repercussão dentro e fora do país. Mais de

vinte presos foram espancados de uma só vez. As freiras que faziam a enfermagem cuidaram deles e, assim, souberam de tudo. A intervenção de advogados e da Igreja levou à responsabilização penal e à substituição do diretor e de diversos auxiliares.

No relatório de 1982, a Anistia Internacional registrou a ocorrência de torturas, praticadas por uma administração que seria afastada e processada por abuso de poder. Os alimentos trazidos por nossas famílias eram frequentemente confiscados, e a comida servida no refeitório era pouca e intragável. Mantidos na tranca dura, os presos não podiam circular pelo pátio e eram sujeitos a punições e espancamentos constantes por qualquer motivo menor. Diversos de nós tiveram a cabeça raspada, como medida de intimidação e controle.

Reapareceram as incompatibilidades, devidamente estimuladas, e se acentuaram as contradições internas. Alguns antigos quadrilheiros, que no confronto anterior haviam se rendido, tentaram voltar às suas antigas práticas. A repressão facilitou todo o processo, inclusive por meio da introdução de armas e remanejamento de pessoas. Remanejamento: é este o nome técnico com que o sistema encobre transferências indiscriminadas, visando a desestabilizar a comunidade.

Seguiu-se um período de turbulência, e a série de conflitos entre os quadrilheiros e o antigo pessoal da LSN — apoiado pela maioria da comunidade — causou grande número de mortes. Nesse contexto, 34 presos — eu entre eles — fomos removidos para o pavilhão especial da Milton Dias Moreira, isolados do convívio geral por determinação do diretor-geral do sistema. Tentamos a fuga — lembram? — pelo túnel, mas não deu certo. Paulo da Silva morreu. Quase todos retornaram à Ilha Grande.

Ferido por uma pancada traiçoeira, fiquei trinta dias no hospital.

Para a imprensa, tudo se resumia a disputas pelo domínio do jogo e do tráfico nas cadeias. Novamente, mentira. Os conflitos giravam em torno do estilo de comportamento de grupos e indivíduos; eram estimulados pelo próprio sistema, que divide para dominar melhor. Quem tem o poder de isolar ou misturar grupos antagônicos é a administração, que gerencia as crises segundo seus próprios interesses. Se se pretende apressar a liberação de verbas para o sistema, por exemplo, nada melhor do que trazer a crise aos jornais, produzindo fatos espetaculares; se se deseja abafar os problemas para facilitar desvios das mesmas verbas, adota-se procedimento oposto. Um confronto pode servir para diversos fins: eliminar presos inconvenientes, abalar a opinião pública, cobrir furos de verbas desviadas e obter mais recursos.

Era a chamada crise do sistema penal. Algum dia ele esteve sadio? A verdade é que, pela primeira vez, havia, nas piores prisões, pessoas dispostas a lutar pela sobrevivência com dignidade, de forma coletiva e organizada. Fora de situações defensivas, não usávamos estoques e punhais contra os próprios presos — na verdade, impedíamos que isso fosse feito —, mas desejávamos organizar um movimento. O choque foi inevitável, pois o sistema não soube conviver com essa novidade. Preferiu incentivar o suborno, a alcaguetagem, a pirataria, a desunião, a violência e a troca de favores. Ao contrário do que saía publicado, as lideranças nascidas da luta eram um fator de equilíbrio. Todos os grupos sociais têm seus líderes, inclusive as minorias segregadas. Por que isso não pode ocorrer com os presidiários? Por que considerar que a formação de

grupos é sempre negativa? O homem não é um ser social?

O preso é alguém tão despojado, tão despossuído, que sua conquista do direito à voz soa como anúncio da inevitável desestabilização, do caos, da insegurança coletiva. Já é uma rebelião em si. No inconsciente de nossa sociedade, a vontade mais disseminada é a da aniquilação do marginal. Para quem está na cadeia, a garantia da sobrevivência soa como uma dádiva, e sua busca de dignidade, um luxo. Mas por que sobreviver em condições subumanas? Essa era — e é — a questão.

Em agosto de 1984, conquistáramos, com luta, a desejada normalidade. Estávamos de volta ao convívio, e os dois prédios do presídio da Ilha Grande se interligavam de novo por portões mantidos abertos. Foi um tempo de atividade. Organizamos a visita geral do Dia dos Pais e o II Festival de Música, que aconteceriam ao mesmo tempo. Além de familiares, receberíamos então a visita de artistas, autoridades, advogados, alguns dos quais seriam jurados do festival. Lembro-me que vieram três estagiárias de direito, lotadas no gabinete do diretor-geral do Desipe, com as quais conversei longamente sobre a situação do preso em geral.

Duas delas haviam trabalhado em diversas unidades, sempre em assistência aos companheiros, que as elogiavam muito. Saíram da visita resolvidas a fazer um estágio na própria Ilha Grande, oferecendo defesa e acompanhamento jurídico aos presos necessitados. No começo, desconfiamos: quem eram? O que queriam, na verdade? Mas eu estava louco para sair dali, de modo que resolvi arriscar. Fiquei logo impressionado com a dedicação daquelas estagiárias, que, entre uma e outra viagem para o continente, empurravam para a frente

processos empacados, lutavam por unificar condenações, batalhavam pela liberdade condicional de quem já podia receber esse direito, descobriam gente com pena vencida.

A ideia de que a justiça é igual para todos é história para boi dormir. Nossa sociedade desenvolveu um sistema extremamente complexo de leis, recursos, poderes, instâncias e mecanismos (formais e informais) de interferência, que só beneficiam aos detentores de algum poder econômico ou posição social. Os direitos previstos no papel não são realidade automática. É preciso lutar por eles, e em geral isso custa dinheiro, que a massa carcerária não tem. E nem sempre aparecem estagiárias dedicadas. O resultado é que, na melhor das hipóteses, resta para nós, os pobres, as formas mais duras da lei.

Era preciso aproveitar aquela chance. Contei minha história a Simone — era este o nome de uma das moças — e começamos a preparar um relatório que resumisse e sistematizasse minha situação jurídica, àquela altura completamente confusa. Quantos processos tinha? Quantas condenações? Quantos anos cumpridos? Quais meus direitos? Não sabia. Tinha, na época, além de processos inconclusos, quase setenta anos de condenação e passara, nas prisões, 23 anos de minha vida. Era tudo.

Simone e eu ficamos amigos. Quantas vezes eu quis prolongar a conversa e o remorso não me deixou! Sempre havia fila atrás de mim, e todos precisavam daquelas entrevistas. Paciência. Não tinha o direito de atrapalhar o trabalho da moça nem de empatar a batalha dos meus companheiros, que era a minha também. Naquela época, como secretário do Clube Recreativo dos

Internos, eu estava muito atuante na Ilha, o que aumentava minhas responsabilidades diante do coletivo.

Mas eu gostava de conversar com Simone, não podia negar. Ela nos tratava de igual para igual, como seres humanos. Fiquei ansioso quando soube, certo dia, que poderíamos almoçar juntos na casa de uns colonos, fora do presídio, embora com tempo contado: duas horas. Muitos familiares do meu amigo colono estavam presentes, forçando- me a manobrar bastante para poder aproveitar ao máximo a conversa com quem mais me interessava.

Como era bom esse jogo, mesmo jogado apenas de brincadeira, com a consciência da derrota certa! O relógio e as pessoas eram os inimigos a evitar. Simone era o alvo. E se eu me declarasse? Imaginava suas respostas possíveis: seria um não, enfático e claro? ; um entenda que não é possível..., com ar de compreensão?; um vou casar mês que vem, definitivo e arrasador? Quem sabe ela simplesmente daria um sorriso? Em qualquer caso, seria o fim do meu jogo...

Voltei para o presídio perturbado. E se a tivesse encarado de frente, nos olhos, quando me ofereceu mais café? Se tivesse dito isso em vez daquilo, ou aquilo em vez disso, naquela outra parte da conversa? Se tivesse pensado antes nas frases que só agora me ocorriam, claras e coerentes? Se tudo tivesse sido assim, teria tido alguma chance? O que não havia existido, nem existiria jamais, me dominava e doía.

Uma semana depois — era dezembro — Simone me chamou, com uma péssima notícia: proibida de continuar estagiando naquele presídio, estava se despedindo de todos. Ela e sua companheira iriam embora naquele

mesmo dia. O trabalho daquelas moças tão frágeis — e, no entanto, tão fortes — dava aos presos mais proteção e, com isso, atemorizava os piores carcereiros, inibia a prática de ilegalidades, desagradava a administração. Mulheres naquele presídio, onde já se viu? Quem poderia garantir sua segurança? Queriam fazer estágio? Que o fizessem no continente! Mais uma vez, a hipocrisia era acionada, dentro da lógica do sistema. Não havia perigo nenhum. Elas circulavam livremente pela ilha, respeitadas por todos.

Fui vê-la pela última vez com o coração apertado. Que dizer? Sentado em sua frente, sentia-me nocauteado: mais uma vez eu estava impotente diante dos fatos que a vida colocava diante de mim. Nova perda, sem poder batalhar. Merda.

Simone começou a falar pausadamente. Tivera um choque ao me conhecer em agosto. Depois de tanta propaganda, esperava encontrar um poderoso chefão e se vira diante de uma pessoa simples, frágil, vestida de bermuda e chinelo de dedo, sem ostentação, sem nenhum poder aparente. Uma pessoa até doce. Sentira simpatia e carinho. Quem era eu, afinal? Que se passava dentro de mim? Sentia muito, agora, ir embora, e queria dizer que estava apaixonada por mim.

Estava escrito nas estrelas.

Vem!

(À Simone, meu amor)

Vem!
Que teu sorriso
me contagia

Vem!
Que teu carinho
me emociona

Vem!
Que, ouvindo seus passos,
corro ao encontro deles

Vem!
Que teu amor
me imuniza da angústia
do degredo

Vem!
Que te amo com a calma
de um coração feliz

Vem!
que estarei te esperando...
sempre, sempre!

Logo consegui uma descida para o continente e, do interior do PP, pedi, por telefone, que Simone viesse ao meu encontro. Ganhei, assim, aos 42 anos de vida curtida, uma paixão, um apoio e uma poderosa aliada na

luta pela liberdade. Tudo começou a mudar. Graças ao seu trabalho, consegui em 1985 a condição de colono livre, passando a viver extramuros, submetido a quatro conferes por dia, feitos pelo pessoal do sistema. Era essa a situação de uns 100 ou 120 companheiros, geralmente em final de pena, que tinham permissão para viver com suas famílias nas cercanias do presídio, plantando um roçado ou realizando alguma outra atividade desse tipo.

Simone novamente veio, desta vez para ficar. Ocupamos provisoriamente um quarto na casa de um companheiro e começamos a construir nossa própria morada, de um só cômodo, a uns quinhentos metros da entrada, ainda na área controlada, como era preciso fazer. Subimos morros para pegar madeira, conseguimos um pouco de telha, ganhamos algum cimento, demos nó em pingo d'água e em algumas semanas pudemos ver pronto o nosso lugar. Continuamos a usar o banheiro do colono mais velho, mas tínhamos água, puxada da rede geral.

Continuei meu trabalho no Clube Recreativo. De quando em quando, minha companheira ia ao continente verificar o andamento dos processos que ainda acompanhava, inclusive os meus. Já tínhamos traçado uma estratégia jurídica: pelas leis em vigor, nenhuma pena pode ultrapassar trinta anos, e cada três dias de trabalho dentro da cadeia permite que o preso diminua em um dia a etapa que falta cumprir. O primeiro passo era conseguir unificar minhas penas, de modo a caracterizar o teto de trinta anos. Depois, levantar passo a passo todos os meus períodos de trabalho.

Percorrendo as cadeias, Simone pôde comprovar que durante mais de dez anos eu exercera alguma função no sistema penal (alfaiataria, limpeza, serviço social, conservação, zeladoria), o que poderia provocar um

abatimento de mais de três anos. Se tudo isso fosse aceito, era como se eu tivesse cumprido quase 27 anos, e não pouco mais de 23, de uma pena de trinta. Passaria, assim, a ter direito a prisão semi-aberta ou mesmo domiciliar, podendo deixar legalmente a Ilha Grande.

Eu confesso: não acreditava que pudesse dar certo. Em 1986, numa das vezes em que Simone desceu para o continente, acusaram-me de envolvimento numa tentativa de fuga e cassaram minha condição de colono livre, enviando-me de novo para Água Santa. Simone ficou uma fera comigo:

— Seu burro, não confia em mim? Tenho vontade de te dar uma pedrada!

Funcionários do sistema também conheceram sua raiva:

— Em Água Santa ele não vai ficar!

Nada provaram contra mim, de modo que retornei à Ilha Grande, à espera — seria eterna? — do recurso jurídico. Simone tinha agora dificuldades de acompanhar os trâmites, já que as viagens eram cada vez mais difíceis. Estava cada vez mais grávida. Quando chegou um pedido para que eu fosse depor em juízo, no contexto de um processo antigo, pleiteamos e conseguimos minha transferência definitiva para o continente, pois estava próxima a decisão sobre o benefício da prisão semi-aberta. Quando, finalmente, o promotor deu parecer favorável, nossa filha — Marina — nasceu. Um mês depois, eu já estava em Bangu, saindo todos os dias para trabalhar no Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro.

Estava em liberdade, sem precisar me esconder. Da primeira vez que saí, pensei que muitos não têm essa chance. Pensei nos que haviam morrido. Pensei também

nas pessoas que escolhem a reclusão, como ocorre nos conventos, em busca de algo maior. Nunca os entendi. Haveria algum segredo naquelas paredes, que não consegui decifrar? A felicidade pode ser encontrada lá dentro?

Chegara a hora de mudar de vida, realizar uma vontade frequente nesses cansativos anos envolvido com o mundo do crime. Se tivesse feito isso antes, que me restaria? Ser porteiro, vendedor, trocador de ônibus — aquela vidinha vigiada, apertada e medíocre, que não leva a lugar nenhum. Poder e dinheiro caminham juntos em nossa sociedade, na qual nasci pobre e sempre me senti marginal.

Havia, talvez, feito uma opção pela morte, mas ela, caprichosamente, me evitara. Fosse como fosse, não quisera retornar pedinte, de mãos vazias, culpado, para uma família que nunca fora propriamente minha. Pensei neles também. Como seriam? Por parte de pai, sabia de um irmão. De mãe, nove. Todos mais novos e desconhecidos. Faltara-me, talvez, coragem para reencontrá-los.

Eu não imaginava que, brevemente, seria forçado a optar de novo pela clandestinidade.

Teimosia

A teimosia que me fez
vivo
Fugitivo, mas vivo,
contrariando a praxe
Liberdade!

O que o poder concede, ele pode tirar. No sistema atual, a prisão semi-aberta é faca de dois gumes, já que, em qualquer momento, motivos alheios à vida do preso podem fazer tudo andar para trás. Por isso, lutamos para que eu conseguisse liberdade condicional ou prisão albergue domiciliar. Eu preenchia as três condições normalmente exigidas: tempo de pena cumprida, emprego certo e residência fixa. Conseguimos, finalmente, o benefício, e lá fui eu para uma audiência com o juiz da Vara das Execuções Criminais, na qual obteria a ressalva, documento que esclarece a condição jurídica do beneficiado e impõe a ele uma série de obrigações (não frequentar lugares suspeitos, apresentar-se mensalmente ao juízo e assim por diante).

Estava feliz. No dia seguinte fui ao presídio, para assinar papéis burocráticos e ser oficialmente liberado. Para minha surpresa, algemaram-me e me encaminharam ao Esmeraldino Bandeira, de tantas lembranças, onde voltei ao regime de tranca. O mundo caiu sobre minha cabeça: tinha sido, novamente, traído. Mas, desta vez, tinha Simone, que se mobilizou como uma fera, gritou com todos os responsáveis, cobrou a traição. Sete dias depois, retornei à prisão semi-aberta, com cassação do direito

recém-conquistado — e não usufruído — à prisão aberta domiciliar. O juiz alegou que sofrera, e continuava sofrendo, forte pressão.

Que fazer? Arriscar a ser recambiado de uma hora para outra, sem maiores explicações, para um presídio qualquer? Jamais. Nessa altura da vida, retornar à tranca, sem perspectivas claras, nem que fosse por um dia, seria uma coisa sem pé nem cabeça. Fugi.

Melhor do que ninguém, eu conheço as prisões brasileiras. Sem voz, sem trabalho, sem escolas, entre muros e grades, homens e mulheres que cumprem penas por delitos comuns são submetidos a humilhação e aniquilamento e não podem contar com nenhum respaldo eficaz.

Os conservadores tratam do assunto pelo lado negativo: mais repressão, menos direitos. Os progressistas quase sempre evitam esse tema. A hipocrisia campeia, lado a lado com um sentimento geral, entre a massa carcerária, de profunda injustiça: não estão nas prisões todos os tipos de criminosos. Ricos também cometeram crimes e continuam a fazê-lo: sonegam impostos, burlam a legislação trabalhista, provocam desfalques, transacionam por meio de suborno. Às vezes, mandam matar.

Existem bandidos em todas as camadas sociais, mas, na cadeia, estão apenas os pobres. Quando o bandido é pobre ou ignorante, age de forma precária, bruta, rápida, imediata, visível. Torna-se por isso um alvo fácil para a polícia, que logo se encarrega de interromper sua ação ou impor limites a ela. Quando o bandido é rico, tudo muda de figura. Sua ação nunca é diretamente individual, nem facilmente reconhecível, e a vítima não é

uma pessoa que possa gritar por socorro na hora do crime. O bandido rico não precisa usar de violência direta, e sua brutalidade não aparece. Usa de corrupção e má-fé, manipula números, dinheiro, cheques, ações, cargos e influências. A polícia raramente é lançada contra ele e, pela natureza de seus procedimentos, quando isso acontece é sempre mais difícil reunir as provas para incriminá-lo. Por isso, ao contrário do que se pensa, o bandido rico tem pela frente menos limites.

A execração pública e a condenação têm sido um amargo privilégio dos humildes, o que reforça a ideia de que criminalidade e pobreza são coisas irmãs. Essa clientela preferencial — na prática, exclusiva — de pobres talvez ajude a explicar a dificuldade de conseguir mudanças em nossos sistemas penais degradados. O preço é pago pela sociedade inteira. Longe de transformar criminosos em trabalhadores, nossas prisões fabricam novos criminosos e nos afundam em criminalidade maior. Triste é o destino de uma instituição que, quanto mais fracassada, mais necessária se torna.

Marginalizado na adolescência, precisei de mais 23 anos para perceber uma real possibilidade de mudar de vida. Mesmo assim, considero que fui exceção, por ter adquirido um ofício, por ter conhecido Simone, por ter simplesmente sobrevivido, contrariando as probabilidades. Agora, em vez de ser preso de novo, quero ser ouvido.

Aprendi que a situação das prisões não vai mudar, enquanto o país não mudar. Isso vale também para a criminalidade. Os apelos ao consumo estão aí, ao alcance de todos. Mas, para a maioria, trata-se de um consumo frustrado, incapaz de realizar-se. As desigualdades sociais são flagrantes. Entre o povo, de um lado crescem

os crentes, que procuram fora deste mundo, na fé religiosa, a disciplina necessária para — sendo pobres — não delinquir; pagam o alto preço de viver segundo uma moral rigorosa e repressora, que não é a das elites. De outro, crescem os marginalizados, que querem agora o seu quinhão de felicidade anunciada.

Minha saída de Bangu foi diferente da de 1980, quando escapei da Ilha Grande com muita revolta, sentindo uma necessidade íntima de vingança. Naquela época, com a cabeça a prêmio, sem apoio, não tinha opções. Lembro-me de que às vezes nos encontrávamos, quase sem querer, num morro qualquer, quinze ou vinte homens foragidos, precisando de dinheiro: “Então, vamos!” — e a roda-viva girava de novo. Os mais conscientes sabíamos, no fundo, que aquilo não levaria a nada, a não ser mais perseguição, mais violência, mais mortes.

Ouvíamos críticas de conhecidos.

— Vocês ficam só assaltando!

— Me apresente uma solução. Eu quero, estou buscando essa solução. E não tinha. Pelo menos, não conseguíamos vê-la.

Desta vez eu sentia — sabia — que seria diferente. E foi. Já vivi em 19 lugares nesses últimos anos. Apesar disso, por dentro, finquei raízes e ganhei equilíbrio, como mostram os cuidados que agora tomo. Tenho a Simone, sou responsável pelo futuro de três crianças pequenas — Guilherme é nosso caçula — e aprendi que o homem não é sozinho. Sempre que posso, vejo inclusive meu filho do primeiro casamento, Dalton, e procuro ajudá-lo, dando a ele um exemplo bom de respeito, que não tive. Não quero para ninguém o destino que conheci.

Uma coisa é certa: a população carcerária, majoritariamente jovem, não será recuperada se ficar trancafiada em celas, brutalizada. Tivemos razão em lutar contra isso. Orgulho-me de ter integrado o grupo que inaugurou e difundiu, nas prisões, o comportamento — não a organização — que se chamou depois Comando Vermelho. Algumas vezes, as batalhas e os motins de que participei ajudaram a melhorar momentaneamente certos aspectos do sistema penal. E, sim, elas tiveram o preço de muitas vidas.

Lembro-me agora de meu amigo Alkmin. Já em liberdade, li nos jornais, recentemente, a triste notícia de sua morte. Fugira da Ilha Grande, equilibrando-se numa pequena bóia, remando com as mãos, completamente sozinho. Procurara por mim, sem êxito, pois eu havia me afastado dos locais que ele conhecia. Retornou a São Paulo e foi recapturado.

Vi sua foto, morto, apontado como líder de uma rebelião na Penitenciária Central do Estado, carceragem mais dura, mais isolada, mais populosa e mais desesperadora que qualquer uma do Rio. Certamente, foi fiel até o fim ao comportamento que adotamos a partir do Fundão. Se tivéssemos nos encontrado, seu destino certamente seria outro. Poderíamos pensar juntos e encontrar um novo caminho. Mas não foi assim. Tudo é tão tênue!

Lembro de Nanai.

— Nossa vida é assim, William. Um foge, outro morre, outro vai embora... Mas cada ato de amizade sincera não se esquece...

Nanai, Alkmin, Nelson, Saldanha, Caô, Aché, Baianinho, Mimoso, Ricardo — todos se foram, quase todos muito

jovens. Sobrevivi. Vejo claramente que, seja qual for o regime político, se nossa juventude não tiver alternativas, o país viverá uma guerra civil. Disfarçada, como hoje, ou aberta. Mas cada vez mais intensa. Tem gente demais pensando no poder. A solidariedade concreta, real, atual e possível está muito esquecida.

Por esse Brasil afora, milhares de foragidos e presos formam um exército de marginalizados, condenados à violência e humilhação que atingem também famílias e gerações sucessivas. Estigma: filhos marginais, mulheres sem perspectiva. A violência é filha do desamor, e todos acabam assumindo os papéis que lhes são destinados. Como aconteceu comigo, a falta de união familiar empurra para as ruas, diariamente, um sem número de jovens que procuram sua identidade, seus sonhos, suas respostas. As ruas são adultas e rapidamente marcam rostos com aridez, olhos com tristeza, faces com dor. O ponto final dessa trajetória acaba sendo os presídios, de onde muitos jamais saem.

É preciso rever todo esse sistema. A paz duradoura precisa ser construída, entre outras medidas, com uma anistia que preceda um processo de reintegração a uma realidade social renovada. Eu chamo a sociedade a assumir suas responsabilidades, criando as condições para que essas pessoas — milhares? milhões? — conquistem seu direito à vida. Que ainda me é legalmente negado.

Iniciei este livro na prisão e terminei em liberdade, na condição de foragido. No seu lançamento, já me encontrava preso novamente.

Bilhões de mãos

Mãos!
Mãos trêmulas de mães aflitas,
afagando as faces marcadas
dos filhos sofridos

Mãos indecisas, alienadas,
jovens ainda, levando fuzis,
rumo ao combate
da guerra vergonha

Mãos adolescentes
nervosamente esperam
o amado ou amada
no primeiro encontro

Mãos meninas,
alegres e buliçosas,
mexendo e remexendo,
aqui e ali,

Mãos de crianças,
exploradoras natas
Mãos!
Mil mãos!
Bilhões de mãos
na dança da vida
Mãos firmes e fervorosas
Mãos trêmulas e indecisas
Mãos tão sozinhas
Mãos da humanidade

Outubro, 2001. Novo milênio. Estou na masmorra, que chamam de prisão de segurança máxima. Bangu III. Complexo penitenciário de Bangu. Sou mais um dos excluídos, que a desigualdade social transformou em "cidadão preso". Para mim, a luta pela sobrevivência tem aspectos de guerra, tal a distância que me separa daqueles que formam as elites cegas que não percebem que só a divisão das riquezas pode levar a uma paz real.

Bangu, como tantos outros complexos penais brasileiros, é mais um dos campos de concentração racistas e discriminatórios que povoam a história da humanidade. Passei cinco anos em Bangu I, cadeia política feita para segregar de forma cruel aqueles que "eles" acham "totalmente periculosos" e, por conseguinte, não precisam de recuperação.

É um confinamento desumano que atenta contra a saúde física e psicológica do preso. A sua engenharia e sua forma arquitetônica foram pensadas para melhor torturar, é um caixote térmico de cimento e ferro; no calor ferve o corpo, no frio congela. É um bloco quadrado que contém quatro galerias com doze celas. O espaço é mínimo e, para não enlouquecer, o preso fica andando de um lado para o outro, num gesto contínuo para se perceber ainda vivo.

O tratamento dado ao preso em Bangu I é inconstitucional, é uma forma de vingança contra o preso que reage contra o processo de despersonalização e desrespeito; é um castigo. Determina a Lei de Execuções Penais no seu Art.58 que "O isolamento, a suspensão e a restrição de direitos não poderão exceder a trinta dias." Tem preso que se encontra naquele inferno há mais de onze anos.

Nenhuma prisão presta, tendo ou não conforto, mas as que são denominadas de segurança máxima são depósitos de carne humana que precisam urgentemente ser transformadas em unidades que ofereçam uma perspectiva de reintegração social ao preso.

A sociedade está mergulhada na violência, na vingança, na omissão. Ela cria mitos de acordo com seus interesses políticos, mitos esses que ficam marcados, sem direito à vida. O seu modelo econômico gera uma miséria incontrolável. Os Sem-terras, os Sem-teto, os sem nada, os excluídos do processo produtivo da sociedade; muitos deles povoam os efervescentes campos de concentração denominados prisões.

Somos brasileiros e acreditamos que fazemos parte dessa sociedade que teima em nos reconhecer como cancro, como coisa, como objeto descartável. Não há compromisso com o resgate dos seus filhos, com uma aposta de mudança qualitativa do ser humano. Investem na negação de amor ao diferente. Precisamos exercitar a igualdade, o respeito, a esperança. Precisamos de união, tolerância, compromisso, todos são responsáveis pelos caminhos percorridos pelos filhos da nossa terra, todos carregam uma parcela de culpa pela omissão, pela apatia, pelo descompromisso, pela intolerância, por se acharem não- negros, não-deficientes, não-pobres, não-homossexuais, não-latinos.

Imaginem para nós presos, o que resta? Sobras de sonhos e restos de esperanças. Amar o feio, entender o diferente, compreender o estranho são tarefas difíceis, nós presos não precisamos de piedade, precisamos sim que a lei seja cumprida, que ela não seja letra morta, que as prisões se transformem em locais de resgate de identidade, de aprendizado humano, para que possamos

voltar ao convívio social sendo produtivos, que haja trabalho nas prisões, que haja escolas para todos, que nossos jovens que povoam as prisões se percebam indivíduos plenos de direitos, que possam exercitar o respeito, que possam ter esperança de saírem daqui melhores, mais aptos a serem felizes.

Nos últimos anos, muitas histórias aconteceram, muitos sonhos se desfizeram, vi mortes por omissão de socorro, famílias desfeitas, violências físicas, muito desrespeito. Apesar de tudo, continuo vivo, sobrevivi graças à teimosia que há em meu peito; ainda resisto porque me sinto participante dessa sociedade, acredito na mudança, na capacidade de realização do ser humano.

A minha última transferência me fez lembrar dos velhos tempos da Ilha Grande. Logo após a inauguração de Bangu III, todo o coletivo de Bangu II foi transferido para lá. Bangu III — Penitenciária Serrano Neves — é uma réplica da Bangu I e II: o mesmo material, a mesma arquitetura, o mesmo desrespeito, com um agravante: são quatro presos por cela, 16 celas em cada galeria; são 14 galerias, uma montanha de presos. Era 19 de agosto de 1997, dia do meu aniversário; vim na primeira leva, fomos recebidos por um corredor polonês, com os agentes penitenciários de pau, metendo a porrada, aos gritos.

— Aqui é Bangu III! — me lembrei da Ilha.

Continuaram a bater até ficarem satisfeitos, foi um dia e tanto; dia do meu aniversário, presente de 55 anos!

Tomaram nossos pertences, muita gente machucada, tinha gente de braço quebrado. Cabelos cortados na marra; nos deram uma camiseta e um cobertor, nenhum

remédio, nenhum socorro. Como seria suicídio reagir, optamos pela greve de fome. Queríamos socorro para os que estavam machucados, a exoneração do diretor que permitiu os espancamentos, a devolução dos nossos pertences.

Dez dias de greve, muitas famílias solidárias e a dignidade de uma advogada e um promotor fizeram com que os machucados fossem atendidos, os pertences devolvidos e o diretor cair.

As penitenciárias, de acordo com a lei, são constituídas de celas individuais, com janelas que possibilitem a renovação de ar e aparelhagem própria para higiene, mas vivemos em cavernas!

Quantas centenas de prisões terão que ser construídas até os poderosos compreenderem que precisam construir escolas, precisam dividir benefícios? As vitórias políticas que não atentem para as necessidades do novo se apóiam em alicerces muito frágeis.

O povo precisa de casa, comida, saúde, educação, ninguém faz opção por viver à margem social, ao contrário. A sociedade, por meio da exclusão, nos obriga a organizar nossas vidas baseados em valores diferentes. Nos mostra o belo e nos oferece o feio, nos mostra a alta tecnologia e nos oferece a fome, nos mostra vitórias e nos oferece a pedra fria dos cemitérios.

A prisão é uma péssima escola, venho, através de cinco décadas (1960, 1970, 1980, 1990, 2000) observando o desperdício de verbas públicas em penitenciárias construídas para a tortura; são térmicas, no inverno congela, no calor é a morte. Sempre utilizam o mesmo método de segregação ociosa: poucos estudam, poucos

trabalham. A falta de sensibilidade daqueles que comandam os destinos do país em ouvir a voz das prisões faz com que rebeliões pipoquem país afora. Somos quase meio milhão de encarcerados e foragidos, muitos tentando a duras penas sobreviver, não permitindo a marginalização das suas famílias, se jogando às feras para que seus filhos não engrossem o batalhão de jovens sem futuro que passam seus dias a envelhecer nas prisões, sem perspectiva de nada, no vácuo do tempo a espera do que não sabem.

Há anos falo sobre os nossos jovens. De como a falta de atenção a eles traria uma insegurança maior do que a que vimos na década de oitenta, mas são filhos da pobreza, na sua maioria negros e com pouco ou nenhum estudo. Joguem-os às feras antes que eles contaminem nossos filhos, diz a sociedade. A resposta foi dura: as prisões estão cheias do futuro da nação e, por ironia, dos filhos dela; alguns da sociedade dita digna, também estão aqui.

Tenho quatro filhos, Dalton, Marina Morena, Guilherme e Demétrio. Não quero para eles a vida que tive, eles merecem ocupar no mundo o papel que lhes cabe e para isso se esforçam. Dou a eles o que tenho de melhor a oferecer. Quando minha filha fez quinze anos, meu presente para ela foi uma poesia.

Você merece!!!

Você merece?!
Nascer pobre, desnutrido
com o destino traçado
para o sofrimento
de todas as misérias possíveis
mesmo sendo filho de trabalhador,
o único que cria riquezas?

Você merece?!
Marginalmente criado,
sob as botas do capitalismo feroz,
passando fome, frio, humilhação
e, de quando em quando,
ser jogado, espancado, torturado
nas instituições repressoras
destinadas aos “menores”
tratado como bicho
e rotulado de bandido?!

Você merece?
Ainda jovem continuar sendo Instrumento desta máquina repressora
“com seus podres poderes”
tratado como animal feroz
trancado e retrancado
numa masmorra de cimento e ferro
com efeito térmico
se calor, ferve o corpo,
se frio, congela
e ainda dizer
muito obrigado?!
graças a Deus por ainda estar vivo?!

Você merece?!
você merece sentir na carne
e na alma
que sua família também é condenada
e se não fosse seu grande amor
seria esfacelado?!

Você merece a busca
da felicidade
que tem tudo com amor,
igualdade e liberdade.

Você merece!!

Na prisão, aprendemos a dar valor a pequenos gestos. Por meio do sofrimento, nos percebemos humanos e muitos realmente fazem outras opções para as suas vidas. O homem que nunca muda é uma estátua, ocupa espaço, mas não tem alma.

Eu tenho um sonho: a volta; o retorno ao lar, conviver com minha família, ouvir o barulho da chave que abre a porta de casa, brincar com meus filhos, acompanhá-los, vê-los crescer, estar perto de Simone, “meu amor grandão”! Acredito no direito à felicidade, no direito ao sonho, e como diz Cazuza: “Quem tem um sonho não dança”. Tenho certeza, não vou dançar. Como um rio, sou parte de um processo de mudança perpétua e estou sempre indo na direção daqueles que amo.

Uma história.

São mais ou menos 15h 30min, somos quatro presos em cada cubículo, estamos na prisão de segurança máxima Bangu III. Há tempos que eu tentava conversar com um

dos meus companheiros de cela; ele me parecia triste, calado, se locomovia como se estivesse muito cansado, eu sentia que ele não estava bem.

Sabíamos que ele tinha uma doença grave, mas não tínhamos consciência do seu real estado; um dia, de repente, ele começou a ter convulsões, pulei da minha cama, o empurrei para não cair da cama dele e fui correndo pedir ajuda para os outros companheiros, que vieram correndo. Na prisão, a doença ainda é um motivo de união.

Fizemos ele voltar a respirar e saímos correndo para chamar o guarda. Sob muita pressão, a administração o enviou ao hospital. O meu companheiro era portador do vírus HIV, que contraiu tomando pico quando andava na rua. Estava com suspeita de tuberculose. Depois de uns três dias retornaram com ele de novo para a mesma cela infecta de Bangu III. O companheiro estava pior do que saiu, não aguentava caminhar e foi carregado por outro companheiro até o catre de cimento que chamamos de cama e que pela sua temperatura mais parece um túmulo.

Ele me contou meio tímido que a doença faz o homem se sentir impotente, que no hospital a maioria estava em estado terminal. Falava comigo com os olhos muito tristes: “Companheiro, lá, apesar do tratamento, de uma campainha para chamar a enfermeira, se não estiver se sentindo bem, tudo é muito triste, dezenas de doentes que só têm pele e osso”. Perto dele tinha um que passava a noite inteira pedindo que ele o matasse. Ele me olhava nos olhos e dizia: “Prefiro sofrer aqui, lá é muito triste”.

Sexta-feira à tarde, um amigo fez um mingau salgado, ele tomou e foi melhorando, adquirindo força para se levantar da cama. Sábado, levantou-se, ficou um pouco no Sol que entra pelas grades da galeria e, apesar de abatido, sentou-se. Domingo, recebeu visita da esposa que trouxe seu filho que tinha acabado de nascer e que ele ainda não tinha visto. No final da visita ele estava muito alegre, havia nele vigor, seu filho era bonito e sem nenhuma doença, a esposa havia dito que a criança fez exames e não foi detectado o HIV.

Foi um dia de alegria para nós, ficamos conversando sobre nossos filhos, nossas famílias, o destino daqueles que amamos e que cumprem pena conosco. Aliás, este era o assunto preferido quando estávamos bem humorados: nossas famílias, ele com dois filhos e eu com quatro.

Ele se torturava com o fato da sua mulher morar em uma favela com os filhos pequenos, queria-os em um lugar mais calmo. Falava também da sua família em Minas Gerais, que mesmo sendo pobre ajudava no que podia. Conversamos das quatro da tarde até umas oito; já dentro da noite, ambos cansados da visita, dormimos.

Existem coisas que você faz a vida inteira. Sempre tive o costume, desde que me lembro como gente, de dormir cedo e acordar bem cedinho, ainda com o céu escuro. Ao acordar, percebi que o companheiro também já estava acordado e que não passava bem, estava sufocando. Perguntei o que estava acontecendo, e ele respondeu que estava tudo bem.

Eu sabia que não estava bem, mas entendia que ele não queria dar trabalho. Assumia sua dor, calado, digno, um grande homem. A comida da unidade era um veneno

para ele, e foi feito mais um mingau salgado, de fubá, conforme ele pedira e que seu organismo aceitava.

Na hora da janta, a casa pagou bife de fígado, ele comeu um pedaço e logo começou a vomitar. Daí em diante seu estado de saúde piorou, chamamos socorro às 19h, e a viatura para levá-lo só chegou pela madrugada. Três companheiros o levaram até a porta da prisão, a escolta o algemou e o jogou na caçapa do camburão. Só dois dias depois ficamos sabendo de sua morte, que ocorreu logo que chegou ao hospital. Parece que ele estava esperando ver o rosto do filho para poder morrer em paz.

É duro ver um jovem tão novo ser reduzido a nada, ter as suas esperanças e seus sonhos despedaçados. É duro ver um homem jovem morrer doente em uma prisão.

Tantas vezes vi a morte de perto, senti seu cheiro, mas desta vez a experiência da perda de mais um companheiro me fez sentir um imenso vazio. Vi um portador do vírus HIV morrer dia após dia ao meu lado, perder o viço, envelhecer. Vi um jovem, portador de sonhos, deixar por aqui uma lição de vida. Vi um homem morrer dignamente, carregando sua dor com coragem. Aprendi muito observando a sua capacidade de resistência, vi a força desprendida daquele jovem a cada dia, mesmo com a perspectiva da morte tão próxima.

Doença indigna, lugar indigno. Seu apelido era Mineiro.

Não é anormal presos doentes morrerem por omissão de socorro. No decorrer dos anos em que estive confinado em masmorras, fui testemunha viva de muitos companheiros que morreram covardemente por omissão de socorro. Quantos ainda terão de morrer?

A cadeia é um processo de extermínio lento, silencioso e cruel. Continuo chamando a sociedade a refletir sobre os caminhos que teremos que percorrer para termos paz. O único caminho possível é diminuir a desigualdade social, pensar a solidariedade como algo possível, apostar nas mudanças, apostar no homem como única saída para viver em harmonia, investir nesse homem, oferecer escolas para ele e seus filhos, trabalho não-escravo, alimento saudável, salário digno, oferecer futuro!

Temos grandes empresas brasileiras dando show de tecnologia de ponta enquanto pelas ruas as crianças cheiram cola para esquecer a fome. Este é o país que não queremos, este é o país que precisamos mudar, e o caminho é o diálogo. Ouçam a voz da prisão.

Os jovens, nossos filhos, seus filhos, a cada dia ficam mais distantes da felicidade. As penitenciárias, as casas de detenção, os presídios, as cadeias públicas, as casas de custódia, os CRIAMs, os manicômios, os hospitais penitenciários, as colônias agrícolas, os institutos penais, as carceragens; todos têm voz! A sociedade precisa ouvi-las!

A sociedade precisa perceber que atrás desses nomes há vidas, que só serão transformadas quando houver a compreensão de que somos participantes da mesma história, que também nós caminhamos, querendo ou não, na mesma direção: a do amanhã.

Que as vozes do futuro digam!

Posfácio

Conheci William através de sua esposa, Simone, quando ele estava preso em Bangu 3, em meados de 2000. Simone, por sua vez, conheci por ter me envolvido na luta a favor dos direitos dos familiares de presos. No Santa Marta, moradores me relatavam como eram tratados durante as visitas. Naquela época, comecei a articular uma associação que pudesse garantir tratamento digno para os que não haviam cometido crime algum, mas que, por terem familiares detidos, eram tratados como se fossem bandidos.

Essa articulação ganhou força e, em pouco tempo, fiquei sabendo de pessoas que estavam nesta luta havia muito tempo. Simone era uma destas pessoas. Era uma mulher forte, que conhecia tudo e todos no sistema penitenciário. Ajudei-a a criar a Associação de Familiares e Amigos de Presos (AFAP). Passamos a compor o Conselho da Comunidade, órgão fiscalizador do sistema penitenciário. Após esse período, perdemos o contato por alguns anos e retomamos no ano de 2007.

Com o trabalho do advogado André Barros, William, já com quase setenta anos (mais de trinta deles preso), pôde morar com a família, monitorado por uma tornozeleira eletrônica. Simone trabalha faz muitos anos com um amigo deputado. Tenho acompanhado por quase duas décadas a história deles e atesto o quanto tem sido importante o apoio familiar na vida de William, o professor.

Esse livro é ainda mais interessante que o original, pois traz conteúdos extras. Em cada capítulo há uma poesia

escrita por William em momentos de privação de liberdade, incluindo quando esteve na surda (solitária). Isso demonstra uma sensibilidade rara, pois não deve ser fácil expressar criatividade em momentos de tanta angústia.

Esse livro chega na vida do autor, que está com mais de setenta anos, como uma redenção, como um presente de quem conseguiu passar por tudo que passou, estando de pé, contando história, e o mais importante: reintegrado à sociedade.

ANDRÉ FERNANDES
Sócio-diretor da ANF Produções

Table of Contents

Prefácio
O homem preso
Rio de Janeiro
Sete anos depois
Prisão e Guerra
Nocividade
Reflexões I
Através dos muros
Vejo
Reflexões II
Persistência
Prontuário 40.984
Comunicação em maio
Vidas desperdiçadas
Vem!
Teimosia
Bilhões de mãos
Você merece!!!
Posfácio